

Quem disse ?

«Famílias chilenas inteiras foram perseguidas e dizimadas apenas por terem cometido o crime de acreditar nos valores que Salvador Allende personificava»

Eduardo Barroso
DNA, 22 de Janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1049 27 JANEIRO 2000 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO
SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Ano judicial

Combater a morosidade

A abertura oficial do novo ano judicial ocorreu anteontem, terça-feira com as presenças de Jorge Sampaio, António Costa, Cunha Rodrigues, Cardona Ferreira e de Pires de Lima.

Na sua intervenção Jorge Sampaio defendeu que todos os agentes da justiça, e não só os advogados, devem cumprir prazos, observando que o combate à lentidão dos tribunais passa ainda pela «simplificação dos actos» que diariamente são praticados por juizes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais.

Elegendo a morosidade como principal inimigo a abater, o Presidente da República lembrou que as responsabilidades, na Justiça, devem ser partilhadas por todos.

O Presidente da República apontou, ainda, algumas medidas que considera urgentes como a revisão do regime de notificações e os critérios de domicílio, a informatização dos tribunais e o fim dos recursos dilatórios para os tribunais superiores.

O ministro da Justiça mostrou-se de acordo com o Presidente da República no sentido de que é preciso mudar o regime das notificações.

António Costa, que falava no final da sessão solene de abertura do ano judicial, mostrou-se satisfeito por todos os intervenientes na cerimónia terem trazido contributos extremamente úteis para «a mudança» da Justiça.

A propósito da questão das notificações, um dos pontos altos do discurso de Jorge Sampaio, o titular da pasta da Justiça referiu que «as notificações são uma chaga do sistema judicial».

«Uma carta que sai de um tribunal custa 500 escudos. É a correspondência mais cara que existe no país e, curiosamente, a única que não chega ao destinatário. E não chega ao destinatário porque a notificação é feita por tal forma que quem não quer ser notificado pode-se furtar à notificação», enfatizou.

Daí que António Costa esteja convicto de que é necessário «adoptar nos tribunais a regra normal das comunicações, que é a via postal sem aviso de recepção».

Cimeira Ibérica TGV chega a Portugal

A cimeira luso-espanhola, que se realizou e quarta-feira em Salamanca, ficou marcada por um quadro de excelentes relações diplomáticas e políticas entre Portugal e Espanha. Os dois países preparam-se para avançar com projectos comuns de acessibilidades ferroviárias de alta velocidade e rodoviárias. Nos próximos anos, estarão construídas cinco auto-estradas a ligar os dois países da Península Ibérica. Na cimeira, o primeiro-ministro de Espanha manifestou total apoio e empenhamento no sucesso do Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa, em Março, e que será dedicado à temática do emprego.

Política

Lançamento de campanhas mundiais Pela abolição da pena de morte



O «Presidium» da Internacional Socialista (IS) esteve reunido sábado passado em Sintra. Foi a primeira reunião do órgão dirigente desde que o camarada António Guterres foi eleito presidente da IS, durante o congresso de Paris, em Novembro. No final da reunião do «Presidium», o secretário-geral do PS anunciou que a Internacional irá levar a cabo, a nível mundial, quatro grandes campanhas: a abolição universal da pena de morte, o cancelamento da dívida externa dos países mais pobres do mundo, o fim à violência contra as mulheres e um alerta para o fenómeno da pobreza no continente africano.

Sociedade & País

Aberto concurso nacional Oito mil novas vagas para professores



O concurso nacional de profes-sores abriu, no dia 24, com oito mil novas vagas de quadro e com horário completo para todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário. Os resultados deste concurso deverão ser conhecidos com a afixação das listas a 17 de Março. Segundo o Ministério da Educação, a abertura do concurso nacional para o ano lectivo 2000/2001 visa prosseguir o objectivo do Executivo socialista de promover a estabilização do corpo docente.



Internacional Socialista Pelo fim da Pena de Morte

Sintra foi o palco escolhido para a primeira reunião do «Presidium» da Internacional Socialista após a eleição de Novembro, em Paris, do camarada António Guterres para presidente.

Nesta reunião debateu-se a estratégia e as principais linhas de intervenção da Internacional Socialista para os próximos três anos, período de vigência da presidência do secretário-geral do PS.

Num mundo em permanente mutação tecnológica e cultural, o pensamento do socialismo democrático e da social democracia vive na permanente procura de novas respostas para novos desafios, de novas soluções para novos problemas.

Trata-se, como referiu António Guterres na sua tomada de posse como primeiro-ministro, de afirmar no plano ideológico, uma nova síntese criadora, à altura das interrogações com que o mundo nos interpela na aurora do novo século e milénio.

Uma síntese que se reclama, desde logo, herdeira dos valores do século das luzes. Do primado da razão, do combate a todas as formas de irracionalidade na acção política, tenham elas a ver com os nacionalismos exacerbados, os fundamentalismos religiosos ou o racismo e a xenofobia.

Fazendo jus aos princípios fundamentais da «liberdade, igualdade e fraternidade», foi aprovado durante a reunião da IS o lançamento de quatro grandes campanhas a nível mundial: a abolição universal da pena de morte, o cancelamento da dívida externa dos países mais pobres do mundo, o fim à violência contra as mulheres e um alerta para o fenómeno da pobreza no continente africano.

Estas quatro campanhas que fazem parte de uma nova visão da Internacional Socialista para o século XXI serão aprofundadas na reunião do Conselho da organização, que se realizará em Bruxelas no próximo mês de Abril, onde será igualmente debatido um documento sobre a Plataforma Global da organização. Este documento reveste-se da maior importância, pois tem por base a necessidade de se assegurar a governabilidade do fenómeno da globalização e tem como objectivo a exploração de uma nova síntese entre a meta do pleno emprego, o crescimento económico, a modernização e a coesão social, valores amplamente defendidos por António Guterres.

Neste sentido foram igualmente criados dois grupos de trabalho para analisar as consequências da última reunião da Organização Mundial do Comércio (a meta da IS é compatibilizar comércio livre e comércio justo) e os resultados saídos da conferência mundial de Kyoto (Japão) sobre ambiente, o que salienta a importância que a Internacional Socialista está a dar a estes assuntos.



ENTREVISTA AO AUTOR DE «CEM ANOS DE SOLIDÃO»

No canto superior direito da primeira página da edição de 28 de Janeiro do «AS» vinha em lugar destacado o anúncio de um grande comício do PS agendado para o dia seguinte no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, sob o lema «Por uma alternativa socialista».

O PS intensifica a luta contra a AD no Governo e para o comício estavam previstas intervenções de Mário Soares, Jorge Sampaio, Manuel Alegre, Beja Santos, César Oliveira e Jorge Miranda. Nas páginas 8 e 9 os leitores do órgão oficial do PS podiam deleitar-se com uma entrevista de Jean-Paul Liegeois, do jornal «L'Unité», a Gabriel García Márquez, o autor de «Cem Anos de Solidão», um dos mais belos romances do século.

«Garantindo a cumplicidade dos políticos da democracia-cristã para que o seu golpe de Estado tivesse êxito, Pinochet e os militares tiveram que levar a cabo uma terrível repressão porque tinham todo o povo contra eles», afirmava Gabriel García Márquez, numa entrevista em que abordava, entre outros temas, a situação de muitos países da América Latina sob o domínio de sangrentas ditaduras com

a bênção do então presidente dos EUA, o ultraliberal e conservador Ronald Reagan.

J. C. CASTELO BRANCO

28 de Janeiro

Quem disse?

«Reagan nega a qualquer povo latino-americano o direito de se "mexer", de modificar o contexto político do país em que vive. O direito de se autodeterminar. Para Reagan, tudo o que "mexe" faz o jogo da União Soviética»

Gabriel García Márquez



Jantar diplomático: relações luso-polacas

O primeiro-ministro, António Guterres, recordou a história da Polónia ao destacar a importância do país para a estabilidade da Europa na intervenção que fez no jantar que ofereceu quinta-feira, dia 20, em Sintra, ao seu homólogo polaco, Jerzy Buzek. Guterres lembrou o cerco de Viena em 1683 pelo império otomano, quando a capital austríaca foi salva pelo rei da Polónia, John Sobieski, considerando que, provavelmente, sem o apoio polaco a história da Europa seria completamente diferente.

Congratulando-se com o facto de os dois países já hoje serem parceiros da NATO e em breve o serem também na União Europeia, António Guterres salientou as

afinidades entre os dois povos dos dois extremos da Europa, enquanto que Buzek, por seu turno, ao agradecer, evocou o 25 de Abril e os estudantes da Universidade de Coimbra.

Cabrito assado à nortenha, queijo de Serpa e vinhos Tapada dos Chaves, Quinta do Carmo e Porto Ferreira faziam parte da ementa do jantar oferecido por Guterres ao primeiro-ministro da Polónia, no Palácio da Vila, em Sintra.

Jaime Gama, Elisa Ferreira, Seixas da Costa, Artur Santos Silva e outros nomes dos meios empresariais, nomeadamente ligados a grupos económicos portugueses presentes no mercado polaco, incluíam-se entre os participantes no jantar.

Cinema: duplicar longas-metragens

O Ministério da Cultura vai investir 27 milhões de contos no sector do cinema, audiovisual e multimédia até 2003, fixando como um dos objectivos a duplicação da criação de longas-metragens portuguesas.

Terça-feira, dia 25, no Centro Cultural de Belém, o ministro Manuel Maria Carrilho anunciou, já para 2000, o investimento de três milhões de contos e um conjunto de medidas que visam, além do reforço

financeiro, uma «aposta no aumento e diversificação da produção» cinematográfica, audiovisual e multimédia.

Até 2003, no domínio do cinema, o Ministério da Cultura espera aumentar o apoio à produção nacional de longas-metragens a mais duas por ano, de forma a atingir 48 no final da presente legislatura. Neste conjunto insere-se a atribuição, pela primeira vez, a projectos infantis e juvenis na área das curtas-metragens.

Presidenciais: Sampaio continua «100 por cento disponível»

O Presidente da República, Jorge Sampaio, afirmou que se tivesse de tomar hoje uma decisão quanto à sua recandidatura ao cargo estaria «100 por cento disponível».

Jorge Sampaio, em conversa informal com jornalistas no Palácio de Belém, disse manter actualmente a posição expressa há cerca de dois anos numa entrevista à Rádio Renascença.

O Presidente da República acrescentou que a sua decisão definitiva - e o respectivo anúncio - depende da «avaliação pessoal e política» que fizer no momento considerado por si oportuno.

Recusando falar sobre os aspectos

partidários da corrida ao cargo, Jorge Sampaio teve no entanto alguns comentários sobre a respectiva campanha eleitoral.

«Terá de ser paradigmática» e exemplar em matéria de «gastos, contas e contribuições», sustentou, manifestando o seu contentamento com o consenso partidário em matéria de financiamento dos partidos.

Recorde-se que Jorge Sampaio tem defendido ao longo dos anos a redução dos gastos em campanhas eleitorais, o seu financiamento público e a transparência do seu controlo.

Brasil/500 anos: Soares visita local das celebrações

O camarada Mário Soares, co-residente da comissão de honra Portugal-Brasil para as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, visitou no dia 21 Porto Seguro, local onde decorrerão as principais cerimónias alusivas às celebrações, em Abril.

Soares viajou do Rio de Janeiro para Porto Seguro em avião da força aérea brasileira acompanhado pelos restantes membros da delegação portuguesa - o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, o assessor político

do Presidente da República, Marques da Costa, o embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Knopflí e o comissário-geral para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Joaquim Romero de Magalhães.

Entre as obras anunciadas para assinalar os 500 anos da chegada das naus capitaneadas por Pedro Álvares Cabral estão a construção de um centro comercial de artesanato e de um aldeamento para a população índia que habita a região de Coroa Vermelha, a cerca de 20 quilómetros de Porto Seguro.

SALAMANCA

Cimeira luso-espanhola

TGV VAI CHEGAR FINALMENTE A PORTUGAL

A cimeira luso-espanhola, que se realizou e quarta-feira em Salamanca, ficou marcada por um quadro de excelentes relações diplomáticas e políticas entre Portugal e Espanha. Os dois países preparam-se para avançar com projectos comuns de acessibilidades ferroviárias de alta velocidade e rodoviárias. Nos próximos anos, estarão construídas cinco auto-estradas a ligar os dois países da Península Ibérica. Na cimeira, o primeiro-ministro de Espanha manifestou total apoio e empenhamento no sucesso do Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa, em Março, e que será dedicado à temática do emprego.

Num clima marcado pelas excelentes relações entre Portugal e Espanha, decorreu em Salamanca terça e quarta-feira mais uma cimeira luso-espanhola. Nas conclusões da reunião aos mais alto nível entre os governos de António

Guterres e de Jose Maria Aznar, o primeiro-ministro português anunciou que os dois países ibéricos vão apresentar à Comissão Europeia um projecto comum de transporte ferroviário de alta velocidade. Como salientou o ministro da Presidência e do Equipamento Social, Jorge Coelho, após ter reunido com o seu homólogo espanhol, Arias Salgado, o grupo de trabalho entrará em funções dentro de três meses. Constituído o grupo de trabalho, estudar-se-á depois o trajecto de ligação entre Madrid e Lisboa, troço que permitirá a Portugal ficar ligado às principais redes europeias de alta velocidade ainda durante a presente década. Pela parte espanhola, acredita-se que o troço entre Lisboa e Madrid poderá estar concluído em 2007. Ainda no domínio das acessibilidades, os governos de Portugal e de Espanha comprometeram-se a ter cinco ligações entre os dois países nos próximos anos, completando os troços de Vilar Formoso e do Itinerário Principal 4, via Bragança. Antes de António Guterres e de Jose Maria Aznar chegarem à presidência dos respectivos governos, não existia qualquer ligação por auto-estrada entre

os dois países.

A cimeira luso-espanhola ficou também marcada pela ideia de os dois governos se prepararem para impulsionar as associações representativas dos respectivos países no sentido de que se encontrem com mais frequência, troquem experiências e desenvolvam projectos de intercâmbio. A Espanha já tem experiência deste género com países como o Reino Unido e a Itália. O primeiro-ministro espanhol frisou a importância deste ponto, sublinhando que deseja um maior intercâmbio entre professores e alunos dos dois países da Península Ibérica. Portugal e Espanha também decidiram constituir uma comissão técnica para o acompanhamento da aplicação das regras previstas no convénio luso-espanhol sobre repartição de recursos hídricos. Equipas mistas vão igualmente ser formadas na área do combate aos angariadores de mão-de-obra barata nacional para Espanha, sobretudo para as colheitas de morango e de tomate. Os ministros espanhol do Trabalho, Manuel Pimentel, aceitou que todas as equipas de fiscalização espanhola possuam também um elemento de nacionalidade

portuguesa. Por outro lado, após a experiência do corrente ano, em que se abriram quatro processos-crime contra angariadores de mão-de-obra e de detectaram mais de 3 500 casos de trabalhadores sem direitos laborais mínimos, os executivos de Madrid e de Lisboa acordaram em ampliar o número de equipas de fiscalização.

No domínio da cooperação policial também se registaram novidades. Portugal, que já tem em marcha um programa de investimentos para a aquisição de lanchas rápidas, vai passar a ter uma vigilância mais apertada na luta contra o tráfico de droga por via marítima. Por via terrestre, em Quintanilha, distrito de Bragança, vai funcionar uma esquadra policial mista para impedir a imigração clandestina.

No plano europeu, também houve coincidência de posições entre os dois executivos. O primeiro-ministro de Espanha prometeu a António Guterres total apoio à agenda da presidência portuguesa da União Europeia, sobretudo, no que concerne à realização da cimeira extraordinária de Lisboa sobre emprego, no mês de Março.



PELA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

O «Presidium» da Internacional Socialista (IS) esteve reunido sábado passado em Sintra. Foi a primeira reunião do órgão dirigente desde que o camarada António Guterres foi eleito presidente da IS, durante o congresso de Paris, em Novembro. No final da reunião do «Presidium», o secretário-geral do PS anunciou que a Internacional irá levar a cabo, a nível mundial, quatro grandes campanhas: a abolição universal da pena de morte, o cancelamento da dívida externa dos países mais pobres do mundo, o fim à violência contra as mulheres e um alerta para o fenómeno da pobreza no continente africano. Na reunião de Sintra, o primeiro-ministro e todo o «Presidium» da IS manifestaram o seu repúdio pelo mais recente atentado perpetrado pelo grupo terrorista da ETA. Num sentido completamente diferente, a Internacional manifestou a sua satisfação pela importante vitória alcançada pelo camarada Ricardo Lagos nas eleições para a Presidência da República do Chile.

Estas quatro campanhas fazem parte da visão da IS para o século XXI e serão aprofundadas na reunião do Conselho da organização, que se realizará em Bruxelas nos dias 10 e 11 de Abril. Na reunião que decorreu na Penha Longa, o secretário-geral do Partido Socialista e presidente da IS também procedeu à escolha dos membros da nova comissão executiva. Uma escolha que foi feita entre os elementos que compõem o «Presidium».

Na Comissão Executiva da IS liderada por António Guterres estão o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, o chefe do Governo sueco, Goran Persson, o líder dos socialistas belgas, Elio di Ruppò, o dirigente máximo da Esquerda Democrática de Itália, Walter Veltroni, o primeiro secretário do Partido Socialista Francês, Francois Holland, e o candidato à presidência do Governo espanhol e líder do PSOE, Joaquín Almunia. Na equipa executiva de António Guterres entrarão ainda o ministro de Estado do Senegal, Osmane Dieng, e o presidente do Partido Radical Social Democrata do Chile, Anselmo Sule.

Governar e regular a globalização

Além dos pontos relacionados com as campanhas mundiais que serão



promovidas nos próximos três anos, o presidente da IS também adiantou que, durante a reunião do Conselho em Bruxelas, será aprovado o documento sobre a Plataforma Global da organização, cuja equipa que prepara o documento é presidida pelo ex-chefe do Governo espanhol, Felipe González. Esse documento tem como pontos base a necessidade de se assegurar a governabilidade do fenómeno da globalização e tem como objectivo explorar-se uma nova síntese entre a meta do pleno emprego, o crescimento económico, a modernização e a coesão social. «É preciso compatibilizar estes valores», afirmou António Guterres no final da reunião de Sintra, garantindo, depois, que a IS continuará a ter como princípios fundamentais a «liberdade, a igualdade e a fraternidade».

O «Presidium» da Internacional Socialista também decidiu organizar anualmente um fórum internacional temático, que será

aberto a empresários, a sindicatos e a entidades representativas da sociedade civil. Encontros que terão como objectivo proporcionar uma maior aproximação entre os dirigentes socialistas e social-democratas de todos os continentes e os problemas mais acesos à escala mundial. Foram igualmente criados dois grupos de trabalho para analisar as consequências da última reunião da Organização Mundial do Comércio (a meta da IS é compatibilizar comércio livre e comércio justo) e os resultados saídos da conferência mundial de Kyoto (Japão) sobre ambiente.

Apoio aos socialistas espanhóis

Segundo António Guterres, na reunião de Sintra, a IS encarou com «preocupação» o recente golpe de Estado ocorrido no Equador, desejando que seja rapidamente restabelecida a normalidade democrática, e manifestou a sua clara oposição à intervenção do exército russo na Tchechénia.

Numa reunião que se prolongou por várias horas no dia de sábado, o «Presidium» da IS, por unanimidade, manifestou a sua «mais profunda satisfação pela vitória do nosso companheiro Ricardo Lagos nas recentes eleições presidenciais na República do Chile. A nossa Internacional faz chegar ao presidente eleito Lagos a suas calorosas felicitações e seus melhores desejos de êxito neste hora de reafirmação pelo povo chileno dos princípios e valores comuns». No mesmo sentido, a IS «manifestou o seu desejo de êxito ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) nas eleições que terão lugar no dia 12 de Março, ao mesmo tempo que expressa o seu mais firme apoio a Joaquín Almunia como candidato à presidência do Governo de Espanha».

Ainda em relação ao país vizinho, o «Presidium» da IS expressou a sua «mais firme condenação pelo atentado perpetrado sexta-feira, em Madrid, pelo grupo terrorista ETA». A IS manifestou a sua solidariedade «com a família da vítima e com o povo espanhol». Em Sintra, «demonstrou também a sua preocupação «pela ruptura do processo de diálogo para acabar com a violência terrorista, como condição irrecusável de convivência livre e em paz». A IS, por isso, «reage com toda a energia contra o uso da violência e toda a cobertura que a possa justificar. Uma sociedade democrática como Espanha não pode aceitar o fenómeno do terror, já que todas as opiniões podem colocar-se em paz e com plena liberdade».

Finalmente, também por unanimidade, o «Presidium» da IS transmitiu que está a acompanhar com satisfação a vitória de «Tarja Halonen» na primeira volta das eleições presidenciais na Finlândia. Enviamos a ela e ao Partido Socialista Finlandês os nossos melhores desejos de êxito na segunda volta das eleições presidenciais, que se realizará a 6 de Fevereiro próximo».

Entre outros importantes dirigentes da IS, estiveram na reunião de Sintra o secretário-geral da organização, Luís Ayala, o secretário nacional para as Relações Internacionais do PS, José Lamego, o presidente do Partido Democrático Trabalhista do Brasil, Leonel Brizola, o líder do Partido Social-Democrata do Japão, Takako Doi, os primeiros-ministros do Mali e de Marrocos, respectivamente, Ibrahim Keita e Abderrahman Youssef, os ex-chefes de Estado da Bolívia e da Argentina, Jaime Paz Zamora e Raúl Alfonsín, o presidente dos Jovens da Internacional Socialista (IUSY), Umberto Gentiloni, o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, Enrique Barón Crespo, e o ex-primeiro-ministro de Espanha Felipe González.

DESTAQUE – CM

Arrendamento urbano

DISPENSA DE ESCRITURA PÚBLICA

O Governo pode agora legislar em matéria de formação de contratos de arrendamento urbano para comércio, indústria e exercício de profissão liberal e de contratos de trespasse.

A decisão foi tomada, na passada sexta-feira, dia 21, pelo Conselho de Ministros, reunido em Lisboa.

O projecto de proposta de lei aprovado prevê a possibilidade de celebração de contratos de arrendamento sujeitos a registo, ou para comércio, indústria ou exercício de profissão liberal, bem como para trespasse, cessão de exploração de estabelecimento comercial e cessão da posição de arrendatário, através de contrato escrito, dispensando-se a escritura pública.

O arrendamento urbano sujeito a registo e o arrendamento para comércio, indústria ou exercício de profissão liberal é um tipo de contrato que pode ser celebrado com dispensa de escritura pública sem que daí advinha prejuízo para a certeza, a segurança ou até o efeito probatório do mesmo contrato.

Destaque-se que já é actualmente comum

a respectiva celebração ao arrepio dos termos legalmente exigidos, em manifestação particular de confiança recíproca nos contratos celebrados entre comerciantes e profissionais liberais.

A mesma ordem de razões vale para a cessão da posição contratual no arrendamento.

Também o trespasse e a cessação de exploração de estabelecimento comercial estão sujeitos ao que os representantes das associações profissionais e das confederações de comércio e indústria reputam ser um «excesso de forma» que pouco ou nada acrescenta à salvaguarda dos interesses dos celebrantes.

Neste contexto, o Executivo socialista entendeu ser esta uma área de possível intervenção no sentido da simplificação e desburocratização já que, porque praticados especialmente entre comerciantes ou profissionais liberais, estes contratos são protagonizados, logo no seu processo de formação, por quem tem o maior nível de conhecimento e protecção próprio dessas classes profissionais.



DESTAQUE – CM

Notários

CARTÓRIOS ESPECIALIZADOS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 21, um decreto-lei que prevê a criação de cartórios notariais de competência especializada.

A verificação de grande desproporção entre a oferta e a procura de serviços notariais que provoca aos utentes dos cartórios situações de dispêndio de tempo desproporcionadas à importância do serviço prestado e as preocupações de garantia da certeza e da segurança do comércio jurídico envolvido pela actividade notarial aconselham à criação de serviços alternativos.

Este diploma vem possibilitar a criação de

serviços alternativos, a serem prestados no âmbito de cartórios notariais de competência especializada, que funcionarão nas instalações de organismos ou institutos públicos, associações patronais ou empresariais, câmaras de comércio e indústria e ordens profissionais.

A criação destes novos cartórios, cuja competência é definida em função dos intervenientes nos actos notariais ou da actividade exercida pelas entidades que os acolhem, permite uma especialização de funções e, consequentemente, a prestação de um serviço mais célere e eficaz.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 21 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um projecto de proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de formação de contratos de arrendamento urbano para comércio, indústria e exercício de profissão liberal e de contratos de trespasse;
- Um decreto-lei que prevê a criação de cartórios notariais de competência especializada;
- Um decreto-lei que confere competência para a conferência de fotocópias às juntas de freguesia e ao serviço público de correios, CTT - Correios de Portugal, SA, às Câmaras de Comércio de Indústria reconhecidas nos termos do decreto-lei n.º 244/92, de 29 de Dezembro, aos advogados e aos solicitadores;
- Um decreto-lei que prevê que a fotocópia simples de documento autêntico ou autenticado seja suficiente para a instrução de processo administrativo gracioso;
- Um decreto-lei que prevê que a instrução de actos e processo dos registos e do notariado possa ser efectuada com fotocópia de documento autêntico ou autenticado, desde que conferida com o original ou documento autenticado exibido perante o funcionário que o receba;
- Um decreto-lei que dispensa de escritura pública na realização de um conjunto de actos previstos no Código das Sociedades Comerciais, no regime do Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada e no regime do Agrupamento Complementar de Empresas;
- Um projecto de decreto-lei que regula a criação de serviços de polícia municipal;
- Um projecto de decreto-lei que regula as condições e o modo de exercício de funções de agente de polícia municipal;
- Um decreto-lei que estabelece o regime especial de licença extraordinária, de dispensa de prestação de trabalho e de relevação de faltas escolares, aplicável aos membros das tripulações da Caravela «Boa Esperança» e dos veleiros na viagem comemorativa do V Centenário da Descoberta do Brasil;
- Um diploma que altera o decreto regulamentar que regula o regime contratual de investimento estrangeiro aplicável aos projectos com especial interesse para a economia nacional;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 559/99, de 17 de Dezembro, dando acolhimento na ordem jurídica nacional às derrogações introduzidas pela Decisão n.º 1999/713/CE, da Comissão, de 21 de Outubro de 1999, as quais permitem o levantamento parcial do embargo às exportações portuguesas de bovinos vivos e de produtos de origem bovina;
- Um decreto-lei que cria as Escolas Superiores de Saúde de Aveiro e de Setúbal;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto da Denominação de Origem Controlada Bucelas;
- Um decreto regulamentar que aplica às carreiras e categorias com designações específicas, da Direcção-Geral dos Impostos, a revalorização no decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Novembro, que aprovou a reestruturação de carreiras na Administração Pública;
- Um decreto que desafecta do Regime Florestal Parcial uma área de 22 hectares de terreno baldio, situada na freguesia de Mundão, concelho de Viseu e integrada no Perímetro Florestal de São Salvador, para efeitos de expansão da zona industrial de Mundão;
- Uma resolução que autoriza o Instituto do Emprego e Formação Profissional a adquirir o imóvel para o Centro de Emprego de Alcântara;
- Uma resolução que nomeia o novo Conselho de Administração do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal;
- Uma resolução que nomeia os novos representantes de Portugal no Comité das Regiões da União Europeia;
- Uma resolução que nomeia Luís Manuel Antunes Capucha como novo representante efectivo do Governo no Conselho Económico e Social.



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, confirmou sexta-feira, dia 21, em Santarém, que o Executivo socialista vai financiar em 90 por cento os custos de instalação das polícias municipais.



Segundo Fernando Gomes, as autarquias poderão substituir a sua própria fiscalização administrativa pelas polícias municipais.

O Governo, entretanto, aprovou em Conselho Ministros, os decretos-lei que regulam a criação das polícias municipais e os apoios para a instalação de quartéis, compra de veículos, material de comunicações, armas e fardas.

Para Fernando Gomes, as polícias municipais «vão retirar à PSP e à GNR uma carga administrativa e de fiscalização de trânsito e pequenas funções que absonvem grande parte dos quadros», permitindo libertar meios humanos para «o combate à criminalidade».

«A criação das novas polícias depende da vontade das câmaras municipais e obriga os novos agentes a terem formação policial na Escola Prática de Polícia», referiu o governante.

O Governo prevê que, por ano, sejam formados 300 polícias municipais, cuja actuação será desenvolvida em complementaridade com a da PSP e da GNR.

Para Fernando Gomes, trata-se de um «processo gradativo», que deverá ser posto em prática «onde as questões de segurança mais se fazem sentir, como nos grandes centros urbanos e nas áreas metropolitanas».

O ministro fez estas declarações antes de participar na sessão de encerramento do seminário organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o tema «Políticas Desportivas Locais, Regionais e Nacionais».

COMUNIDADES

O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, salientou, no dia 20, em Lisboa, a importância do plano estratégico de marketing direccionado aos emigrantes portugueses, aos residentes e espanhóis, classificando-o de oportuno e objectivo. O governante, que falava no encerramento do seminário «Três Vertentes do Turismo

Português», referiu tratar-se de um plano importante porque permite uma nova visão e uma nova abertura ao considerar os portugueses residentes no estrangeiro como turistas em Portugal.



«Esse plano estratégico é ajustado ao mercado que até aqui não foi tido em devida conta, porque em Portugal existia o desconhecimento total da realidade actual das comunidades portuguesas no estrangeiro», disse. Segundo Lello, os portugueses residentes no estrangeiro têm dado um vasto contributo, através da sua presença e participação quer no turismo quer na economia, áreas que considera de relevada importância para Portugal.

José Lello explicou que tal como o País tem evoluído ao longo dos últimos 30 anos, também «as comunidades portuguesas têm evoluído nos países de acolhimento, integrando-se, valorizando-se e representam hoje em dia uma mais valia para Portugal».

Apresentado no seminário pelo secretário de Estado do Turismo, Cabrita Neto, o plano estratégico de marketing para portugueses residentes no estrangeiro tem como objectivo melhorar a atratividade de Portugal para decisões de viagem turística e reforço do País como destino que alia história, tradição e modernidade.

ECONOMIA E FINANÇAS

O ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, anunciou segunda-feira, dia 24, no Porto, que a taxa de IRC (imposto sobre os lucros das empresas) baixará em



este ano de 34 para 32 por cento, o que significa que o Orçamento de Estado 2000 cumprirá metade da baixa de quatro pontos percentuais prevista para toda a legislatura.

«A taxa de imposto sobre rendimento de pessoas colectivas para as empresas com um volume de vendas entre 30 mil contos e 100 mil contos baixará de 32 para 25 por cento», acrescentou o governante que falava na conferência de Imprensa à saída da reunião com o Conselho Consultivo da Associação Empresarial de Portugal.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, apelou na sexta-feira, dia 21, em Seia, ao empenhamento das escolas na formação cívica em ligação à comunidade.



O governante falava na abertura do «VII Encontro Nacional das Escolas Associadas da UNESCO», onde salientou a importância do diálogo de culturas, reconhecimento das suas diferenças e igualdade de oportunidades.

Oliveira Martins apelou às escolas associadas da UNESCO para se responsabilizarem no desenvolvimento de «um projecto educativo para a cidadania» e definiu como estratégia neste domínio a «batalha pela qualidade».

O ministro anunciou para Março, após as férias do Carnaval, a realização nas escolas de um «Dia da Cidadania», «uma oportunidade para que as escolas apresentem o seu projecto de cidadania». Oliveira Martins afirmou ainda que o Ministério da Educação está a dar «grande prioridade à educação cívica», pelo que evidenciou a importância de a experiência das Escolas Associadas da UNESCO poder ser comunicada a outros estabelecimentos escolares.

Educação ambiental, formação democrática, poder local, descentralização, acompanhamento das instituições locais, participação dos cidadãos foram áreas que o governante definiu como passíveis de, no âmbito da educação cívica, serem ministradas pelas escolas.

Num discurso essencialmente virado para as escolas, Oliveira Martins defendeu ser necessário apostar na «batalha da qualidade» com a participação dos

professores, educadores, comunidade escolar e agentes sociais, numa perspectiva de «cultura para a paz, de aproximação entre os cidadãos».

«O futuro da Educação passa pela educação da cidadania», expressou Guilherme d'Oliveira Martins para acrescentar que a revisão curricular que está a ser finalizada e que «entra em velocidade cruceiro no ano lectivo 2001/02» vai incluir uma área dedicada à formação cívica.

IGUALDADE

A ministra para a Igualdade, Maria de Belém, elogiou, no dia 24, em Vila do Conde, a importância do «papel das mulheres no desenvolvimento da agricultura portuguesa».



«Há todo um esforço para trazer à luz do dia a importância das mulheres na agricultura e do seu papel fundamental no desenvolvimento do sector», acrescentou. A governante lembrou que «durante muitos anos as mulheres trabalharam na agricultura sem serem reconhecidas como trabalhadoras».

«Integradas numa exploração familiar, não existiam pura e simplesmente, o seu trabalho era desvalorizado», frisou.

Maria de Belém falava aos jornalistas depois de uma visita a uma exploração agrícola, onde foi recebida por mais de uma dezena de jovens agricultoras e por uma parada de tractores, por elas conduzidos.

«É uma oportunidade de regresso à agricultura, nomeadamente para as mulheres», defendeu a ministra que se mostrou «muito sensibilizada» com o trabalho das jovens agricultoras.

A ministra para a Igualdade, que visitou ainda o Museu da Agricultura de Vairão e entregou diplomas a jovens que acabaram um curso da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), considerou a agricultura como «um espaço de actividade profissional fundamental» para o Governo socialista.

INDÚSTRIA E ENERGIA

O secretário de Estado da Indústria e Energia considerou, no dia 20, em Matosinhos, que a indústria de calçado nacional «está no bom caminho», mas tem de «apostar cada vez mais decididamente

PELO PAÍS

Governação Aberta

na distribuição, comercialização, *marketing* e concepção do produto».

«Do ponto de vista tecnológico as nossas empresas estão a par do que se faz em termos internacionais», afirmou Vítor Santos, salientando que a indústria nacional «tem métodos de organização, grande experiência e saber acumulado em termos de gestão e organização dos processos produtivos», mas tem agora de «dar passos de outra natureza».

Vítor Santos, que falava na sessão de inauguração da Mostra Portuguesa de Calçado, que decorreu na Exponor, destacou que o sector está a conhecer «algumas alterações, passando da fase de subcontratação dependente e de resposta às grandes encomendas para uma situação completamente nova». «As nossas encomendas eram basicamente tomadoras de preços», explicou, salientando que «a indústria começa agora a trabalhar pequenas séries, com solicitações de curto prazo».

Na opinião do governante, esta situação «vai ter implicações sobretudo ao nível da organização das empresas, na estruturação de uma rede de distribuição que lhes permita responder proactivamente às alterações que estão a percorrer todo o sector, não apenas em Portugal, mas em termos internacionais».

Na análise que fez do sector considerou que «uma maioria cada vez mais significativa das empresas está já preparada para essa situação, e as outras estão rapidamente a adaptar-se a ela», pelo que se justifica a «perspectiva optimista» de futuro que os industriais do sector demonstram.

PESCAS

O secretário de Estado das Pescas homologou, no dia 24, o apoio à criação de dois Centros Comunitários, em Montegordo e Vila Real de Santo António, projectos que envolvem um investimento total de 156 mil contos.



Segundo José Apolinário, os projectos apresentados pela Câmara de Vila Real de Santo António no âmbito da Iniciativa Comunitária Pesca, criarão 46 postos de trabalho, 36 dos quais serão ocupados por profissionais provenientes do sector piscatório. Da totalidade do investimento, 44 mil

contos são suportados pelo orçamento da autarquia, enquanto os restantes 102 mil contos são assegurados pela Iniciativa Comunitária Pesca.

PORTOS

O secretário de Estado dos Portos, Narciso Miranda, que presidiu, no dia 21, em Aveiro, à primeira reunião do Conselho Marítimo Portuário, garantiu haver financiamento para os compromissos assumidos pelo anterior Executivo para o sector.



«Há no PIDDAC condições para garantir os financiamentos necessários para cumprir os objectivos traçados pelo Governo anterior», assegurou.

O secretário de Estado aludiu também ao Plano de Desenvolvimento Regional, que está na fase final de apreciação, o qual, segundo disse, «terá uma fatia muito significativa para investimento no sector portuário».

Concretizando, Narciso Miranda referiu verbas para as pescas, recreio e acessibilidades, nomeadamente as ferroviárias que se articulam com as marítimas.

«São uns bons milhões de contos», comentou.

O Conselho Nacional Marítimo Portuário debateu também as linhas de orientação das concessões, que visam «libertar as administrações portuárias de tarefas que podem ser desempenhadas por outras entidades».

Mantém-se como tarefas públicas a cargo das administrações dos portos o planeamento, a fiscalização dos contratos, a articulação com as comunidades e as intervenções de requalificação urbana das zonas ribeirinhas.

O Conselho Nacional Marítimo Portuário reuniu sexta-feira, em Aveiro, pela primeira vez desde que foi instituído.

Trata-se de um órgão que reúne as cinco administrações portuárias nacionais, o Instituto Marítimo Portuário nacional e os três regionais e o Instituto de Navegação e Transporte Marítimo, tendo por missão harmonizar as políticas do sector.

TURISMO

Os emigrantes portugueses, que juntamente com os residentes e os espanhóis condicionarão o futuro do

turismo em Portugal, vão ter um plano estratégico de *marketing* próprio.

O anúncio foi feito, quinta-feira, em Lisboa, pelo secretário de Estado do Turismo, Cabrita Neto, que participava na cerimónia de encerramento do seminário «Três Vertentes do Turismo Português».

Recorde-se que este segmento turístico, até agora pouco explorado, reveste uma grande importância pois representa dois milhões de visitantes cuja permanência média nos dois últimos anos foi de 17 dias.

Cabrita Neto lançou um desafio ao seu homólogo das Comunidades Portuguesas, José Lello, presente no seminário, no sentido de se juntarem esforços para conhecer bem o grupo em causa e apostar nos seus interesses.

Nos próximos anos, o turismo português «já não vai crescer ao ritmo registado nos últimos tempos. Temos de pensar no tipo de actividade que queremos, porque temos limitações geográficas e de recursos» referiu.

O governante acrescentou que «nos próximos quatro a cinco anos joga-se o futuro do turismo português».

O plano estratégico de *marketing* para portugueses residentes no estrangeiro tem como objectivo melhorar a atratividade de Portugal para decisões de viagem turística e reforço do País como destino que alia história, tradição e modernidade.

Os instrumentos a serem empregues para a concretização do referido objectivo são a cooperação com as agências de viagens a operar nas comunidades portuguesas, o estímulo às estadias em estabelecimentos hoteleiros e a realização de circuitos turísticos.

Para durar dois anos, este plano, intitulado «Portugal - história, tradição e modernidade», tem segmentos alvo definidos e aposta num *marketing mix* detalhado para cada mercado alvo tentando também um aumento da duração das estadas e das despesas turísticas.

PORTUGAL SOCIALISTA

25 anos depois de Abril

As pessoas em primeiro lugar

NAS BANCAS

DEPUTADA LUÍSA PORTUGAL

Saúde

«LISTAS DE ESPERA III»

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista continua a defender uma «visão sistémica e positiva» do Sistema de Saúde em que a pedra basilar seja o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A confirmação foi dada pela deputada do PS Luísa Portugal, na passada reunião plenária da Assembleia da República, realizada no dia 19, a propósito do projecto de lei laranja que, pela terceira vez, pretendeu trazer a lume o problema das listas de espera.

Luísa Bastos começou a sua intervenção com a garantia de que o SNS «deverá incorporar todas as medidas inovadoras e criativas que tenham um valor acrescentado para uma melhor gestão e melhorias de desempenho, mas, que não sejam pontuais, avulsas e pautadas apenas por uma qualquer vontade de marcar agenda política».

«Admitimos que as listas de espera são uma disfunção importante no SNS, pelos desequilíbrios que gera e principalmente pelas desigualdades que provoca. Admitimos esta disfunção e estamos a resolvê-la», garantiu, acrescentando que «não entender isto é propor uma espécie de terapêutica pela provocação, que causa um padrão de comunicação também ela disfuncional e que só pode ser entendida como a presença de uma baixa de autoestima por parte da bancada do PSD».

Depois de recordar que o partido laranja teve responsabilidade política no estado da Saúde portuguesa, a parlamentar do PS interpelou:

«Os senhores deputados do PSD não se deram conta que o combate às listas de espera já começou e tem continuado em execução, desde 1996, com o Executivo socialista?».

Ao falar sobre a Estratégia de Saúde 1998/2002, que o PSD viabilizou e que se encontra em vias de concretização, Luísa Portugal observou que o diploma proposto pela bancada da oposição se sobrepõe àquela lei, indicando a precipitação contraditória da iniciativa legislativa laranja.

Quanto aos tão citados e instrumentalizados 80 mil doentes em listas de espera, a deputada socialista esclareceu que, de entre eles, «já foram recuperados 20 mil casos». Para que não ficassem dúvidas a parlamentar não deixou passar a oportunidade de lembrar que «após uma correcção do número de casos, e a quantificação da espera com selecção das prioridades baseada em tempos clinicamente aceitáveis, iniciou-se em 1999 um Programa de Promoção do Acesso, que inclui a recuperação das listas de espera, com um financiamento específico de seis milhões de contos».

«Há ainda que ter em conta outros componentes deste Programa de Acesso, de que realço o desenvolvimento da cirurgia ambulatória, a conclusão do projecto do Cartão de Utente e a informatização dos utentes para corrigir duplicações e ainda o alargamento dos horários de atendimento nos Centros de Saúde e nos Hospitais, bem como

a contractualização de serviços», referiu.

Em jeito de síntese, Luísa Portugal sublinhou o muito que foi feito neste sector atendendo às peculiaridades do mesmo e ao tempo disponível. É que, notou, «os problemas da saúde não se resolvem apenas por via legislativa, resolvem-se principalmente pela motivação dos profissionais e pela credibilização de cada um dos serviços de Saúde». «Ignorar o que se está a fazer no terreno é pura incompetência. Ignorar discussões havidas e legislação aprovada é má fé política

e nada acrescenta», frisou.

Para terminar, Luísa Portugal reconheceu: «continuamos a ter listas de espera, embora não com a magnitude que se quer fazer acreditar», e assegurou a continuidade, durante este ano, do Plano Integrado, com um investimento orçamental na ordem dos nove milhões de contos.

«Enquanto houver um doente em lista de espera, o Partido Socialista procurará as soluções para o seu problema», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO BARBOSA RIBEIRO

Requerimento

TRANSFERÊNCIA DE PORTAGENS PARA GRIJÓ

O deputado socialista Barbosa Ribeiro, num requerimento, solicitou no dia 20 ao Ministério do Equipamento Social que «tome todas as medidas» no sentido de a Brisa não transferir para Grijó, Gaia, as cabinas de portagens dos Carvalhos, na A1.

No requerimento, Barbosa Ribeiro, simultaneamente vereador na Câmara de Gaia, pede ao Ministério que o informe sobre «a situação do projecto» da Brisa, retomado dois anos depois de ter sido «reprovado por todas as partes».

O deputado socialista salienta no documento que existe «um grande descontentamento» e um «forte espírito de revolta» em Grijó, devido aos «graves prejuízos» para os

moradores e aos «fortes impactos negativos» do projecto.

A contestação à transferência das cabinas de portagens iniciou-se recentemente, quando populares das zonas da Regedoura, Figueirinha e Chamusca começaram a receber telefonemas da Brisa propondo a negociação da expropriação de terrenos.

A população contesta a demolição de alguns edifícios, entre os quais uma escola de música, habitação, anexos, carpintaria, marcenaria e serralharia, a colocação das cabinas nas traseiras de três moradias e a poluição sonora e ambiental causada pela passagem da auto-estrada a menos de três metros de algumas casas.

DEPUTADO PAULO PISCO

Comunidades/Suíça

NÃO À REDUÇÃO DAS VERBAS PARA A COMISSÃO FEDERAL DE ESTRANGEIROS



O deputado socialista Paulo Pisco manifestou ao embaixador da Suíça em Portugal a sua preocupação pela redução das verbas para a Comissão Federal de

Estrangeiros (CFE) e pela transferência da tutela desse organismo para a polícia.

Nesse sentido, o deputado socialista eleito pelo Círculo da Europa enviou recentemente uma carta ao embaixador da Suíça em Portugal, solicitando um encontro para troca de impressões, não tendo até hoje obtido uma resposta.

No passado dia 12, o Conselho Federal da Suíça decidiu reduzir as verbas previstas para a CFE de um milhão e oitocentos mil contos (15 milhões de francos suíços) para 620 mil contos (cinco milhões de francos) e transferiu a tutela deste organismo para a Direcção Federal dos Estrangeiros, serviço que pertence ao Departamento Federal de Justiça e Polícia.

Na carta enviada ao embaixador Hansrudolf Hoffmann, Paulo Pisco refere que as

medidas adoptadas causam «as maiores apreensões», nomeadamente pelo impacto que vai ter na comunidade portuguesa na Suíça.

O deputado do PS salienta na missiva que a adopção dessas medidas afiguram-se «contraditórias com o percurso de aproximação da Suíça à União Europeia, consubstanciada nos acordos UE-Suíça, nos quais a liberdade de circulação de cidadãos comunitários é um elemento fundamental».

«Com a passagem da Comissão Federal de Estrangeiros para tutela do Departamento Federal de Justiça e Polícia criam-se desde logo elementos de intimidação psicológica que certamente terão efeitos negativos nas comunidades estrangeiras e na forma como elas são encaradas e aceites pela opinião pública, criando assim constrangimentos à integração», lê-se na carta.

De acordo com Paulo Pisco, a redução das verbas previstas vão «limitar a capacidade de implementação de projectos das comunidades, designadamente a nível da formação e do associativismo».

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Eleição de Lagos

A VITÓRIA DA ESQUERDA PERSEGUIDA QUE NUNCA SE RENDEU



O deputado do GP/PS Medeiros Ferreira sustentou no dia 20, na Assembleia da República, que «a vitória do candidato socialista

Ricardo Lagos nas eleições presidenciais do Chile é a vitória final da transição democrática naquela república sul-americana e a vitória da esquerda sofrida, perseguida, oprimida, reduzida, mas que nunca se rendeu desde 1973 até hoje. É a vitória da esquerda da dedicação, do esforço e do sacrifício. É também a vitória da inteligência táctica da esquerda».

Medeiros Ferreira, num voto de congratulação pela vitória de Ricardo Lagos nas eleições presidenciais do Chile, considerou que «de certa forma esta vitória é uma reparação moral que a nação chilena presta ao partido Salvador Allende 30 anos depois, noutro contexto, com

outros protagonistas e novos objectivos».

Esbirros da ditadura de Pinochet

O camarada deputado lembrou a inteligência táctica e o realismo político de Ricardo Lagos no «compromisso político doloroso de 1988» para promover uma transição para a democracia pactuada. Tudo isto, frisou, num contexto em que os militantes do Partido Socialista chileno ainda tinham «diante dos olhos a impiedosa repressão e as marcas da tortura dos esbirros da ditadura de Pinochet».

Segundo sublinhou o deputado do PS, «Ricardo Lagos não inventou nenhuma via, a sua via foi a do sacrifício, da prudência política como valor moral, da resistência à opressão, e da firmeza na demarcação do território da esquerda democrática e progressista».

J. C. CASTELO BRANCO

UNIÃO EUROPEIA

CIG

SEIXAS DA COSTA VAI CONDUZIR PREPARAÇÃO DA REVISÃO DO TRATADO DA UE

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Francisco Seixas da Costa, chefiará o grupo preparatório da Conferência Intergovernamental (CIG) para a revisão do Tratado da União Europeia (UE).

Está prevista para 14 de Fevereiro a abertura formal das negociações entre os governos dos Quinze sobre a controversa reforma das instituições europeias e do processo de decisões comunitário, com vista à preparação da União para o alargamento a mais de uma dezena de países, principalmente do Leste.

O anúncio formal da nomeação de Seixas da Costa foi feito segunda-feira, em Bruxelas, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, durante o primeiro Conselho de Assuntos Gerais da UE, sob presidência portuguesa.

Seixas da Costa foi o representante de Portugal na CIG que negociou o Tratado de Amesterdão, entre 1996 e 1997, tendo integrado a delegação portuguesa ao «grupo de reflexão» que em 1995 preparou aquela conferência.

Um comunicado da Secretaria de Estado indica que, durante a presidência portuguesa da União, que decorrerá até Junho, Seixas da Costa chefiará o grupo negociador que «reunirá todos os quinze dias» para preparar as reuniões ministeriais - presididas por Jaime Gama - que terão lugar à margem dos Conselhos de Assuntos Gerais.

Seixas da Costa pretende estruturar o debate em torno da «dimensão e

composição da Comissão Europeia», da «reavaliação do poder relativo do voto de cada país no seio do Conselho de Ministros» e das «questões que deixarão de ser sujeitas a unanimidade e passarão a ser votadas por maioria qualificada», diz a nota oficial.

Lançamento da CIG

O debate abrangerá igualmente outras questões que decorram das anteriores e que «sejam essenciais para implementar o Tratado de Amsterdão», bem como «quaisquer outros temas que os Estados-membros entendam dever incorporar» na nova CIG.

Aqueles temas foram definidos «à luz do mandato negocial que decorre das conclusões da cimeira de Helsínquia» de líderes dos Quinze, em Dezembro último, sublinha o comunicado.

Seixas da Costa abordou já aquelas questões com os seus homólogos da França, Holanda e Alemanha, durante deslocações que efectuou a Paris, Haia e Berlim, e tenciona visitar as restantes 11 capitais da União até ao lançamento da CIG. O secretário de Estado esteve também presente na Comissão Constitucional do Parlamento Europeu (PE), com a qual debateu a agenda e o mecanismo de funcionamento da CIG.

O lançamento da CIG carece de um parecer favorável do PE, que deverá ser votado no início de Fevereiro, acrescenta a nota oficial.

PARLAMENTO EUROPEU

Eurodeputados socialistas

SEGURO SATISFEITO COM O AGENDAMENTO DO PARECER DO PE SOBRE A CIG

Os eurodeputados socialistas portugueses continuam a sua intensa actividade no Parlamento Europeu, intervindo sobre temas de relevante interesse para a construção de uma Europa dos cidadãos não subordinada à teologia do mercado e em defesa do modelo social do Velho Continente.

Numa intervenção na sessão plenária do Parlamento Europeu, o camarada António José Seguro manifestou a sua satisfação por ter sido possível chegar-se a consenso sobre a data do agendamento do parecer do PE sobre a CIG, mantendo intacta a possibilidade desta começar no dia 14 de Fevereiro.

Num outra intervenção em Estrasburgo centrada sobre as prioridades da presidência portuguesa da UE, Seguro realçou a ideia de que o Governo português está a fazer das questões sociais e do emprego uma prioridade de agenda querendo deixar «uma marca que para nós, socialistas, é uma marca importante».



O camarada Luís Marinho, por sua vez, defendeu em Estrasburgo que a reforma do sistema judiciário deverá ser incluída na agenda da CIG, numa intervenção a propósito do relatório THEATRO, que apela para a necessidade de dotar a UE de instrumentos específicos, através da criação de normas penais uniformes em todos os Estados-membros. J. C. C. B.

ANGOLA

Tragédia

ONU RESPONSABILIZA UNITA PELO IMENSO SOFRIMENTO DO POVO

A comunidade internacional continua a apontar a UNITA como a principal responsável pela imensa tragédia que se abateu sobre a população de Angola.

Num relatório sobre a realidade angolana recentemente divulgado pela ONU, o secretário-geral desta organização Kofi Annan, responsabiliza o movimento de Savimbi pela deterioração da situação, acusando a UNITA de ter faltado aos compromissos estabelecidos no protocolo de Lusaca em 1994.

No relatório afirma-se que a guerra civil em Angola está a causar uma grave crise humanitária e ameaça alastrar aos países vizinhos.

As Nações Unidas estão a obrigar a 20 por cento da população angolana a deixar as suas áreas de residência devido ao reacender da guerra, com dois milhões de pessoas deslocadas.

As hostilidades, refere o secretário-geral da ONU, «continuaram devido ao imenso sofrimento do povo angolano e à destruição das estruturas do país».



Entretanto, recentemente, mais de cem civis foram mortos no Bié.

Homens do Galo Negro massacraram civis no Bié

Os sobreviventes que chegaram ao Cuito imputaram a responsabilidade à UNITA. O massacre chegou ao conhecimento público pelas notícias difundidas pela Rádio Ecclésia, emissora católica angolana, através de um seu correspondente no Bié, que cita relatos de um grupo de fugitivos.

ESPAÑA

Eleições

PSOE PROPÕE ACORDO À IU PARA DERROTAR DIREITA

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) apresentou, no dia 24, à coligação pró-comunista Izquierda Unida (IU) uma proposta de acordo pré-eleitoral para derrotar o PP, partido de José María Aznar, actualmente no poder, nas eleições legislativas agendadas para 12 de Março. Esta proposta que visa retirar a direita do poder e formar um «Governo de progresso» foi apresentada pelo secretário-geral do PSOE, Joaquín Almunia, em conferência de Imprensa realizada no final de uma reunião da direcção do partido, em Madrid.

Candidato do PSOE à chefia do Governo, Almunia propôs ao líder da IU, Francisco Frutos, que a coligação pró-comunista



«renuncie a apresentar candidaturas nas 34 províncias onde nunca conseguiu obter representação».

GOVERNO INVESTE 280 MILHÕES DE CONTOS PARA MELHORIA DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS

O Governo do PS vai investir 280 milhões de contos até 2005 para melhorar as origens superficiais de água para consumo humano, numa série de medidas que inclui a construção de estações de tratamento e a monitorização das águas. O conjunto de acções, previsto no Plano Nacional Orgânico para Melhoria das Origens Superficiais para Produção de Água Potável, constitui uma exigência de Bruxelas no âmbito da directiva comunitária sobre a matéria, tendo em vista a qualidade da água consumida pelas populações.

Um diagnóstico feito no período entre 1996 e 1998 permitiu concluir que o maior problema das captações superficiais reside na descarga de águas residuais, pelo que a primeira medida a tomar passa pela construção de estações de tratamento (ETAR) em todo o país, equivalentes a uma população que ascende aos cinco milhões.

O objectivo do plano, que será entregue a Bruxelas este mês, é proteger as origens classificadas com o parâmetro mais alto (designado de A1), para evitar a degradação e assegurar a manutenção da boa qualidade.

Ao mesmo tempo, o objectivo é que as origens classificadas no parâmetro abaixo (A2) atinjam a qualidade máxima até 2005



e que as de pior qualidade (A3) atinjam o parâmetro superior nos mesmos anos. A solução para a melhoria das captações superficiais passa igualmente pela conclusão do programa de encerramento das lixeiras, bem como pela introdução de sistemas integrados de depuração, de que é exemplo a bacia do rio Lis, «vítima» de sucessivas descargas, em especial pelas suiniculturas da região.

O plano inclui ainda a implementação de melhorias nas práticas agrícolas, que passa pela efectiva aplicação do código das boas práticas, cujo constante

incumprimento se traduz, nomeadamente, na presença de nitratos na água, provenientes de adubos e fertilizantes. A limitação das albufeiras, através de faixas de protecção que abrangem toda a bacia hidrográfica, é outra das acções previstas, pretendendo ir além dos planos de ordenamento, que protegem as bacias apenas numa extensão de 500 metros.

Diagnóstico

O diagnóstico feito revelou a existência de 34 origens superficiais dentro dos

parâmetros máximos (A1) - que servem 890 mil habitantes -, 30 com classificação A2 - servindo mais de cinco milhões de habitantes - e apenas duas com a pior qualidade (59 mil).

Uma das albufeiras classificada no pior escalão é a de S. Domingos (próximo de Peniche), cuja má qualidade se deve à presença de substâncias orgânicas, provenientes das descargas das suiniculturas locais.

A outra é a albufeira da Vigia (no rio Guadiana) que apresentou um excesso de fenóis - grupo de hidrocarbonetos que em grandes quantidades envenenam os organismos aquáticos, podendo causar um odor e sabor desagradáveis na água -, o que pode ser provocado pela quantidade elevada de estevas (vegetação natural).

Os dados referem-se a 66 origens de água superficiais (albufeiras e rios) que servem mais de dez mil habitantes cada, tendo o diagnóstico analisado não só a situação mas também as tendências.

Em 1998, segundo o relatório sobre Controlo de Qualidade das Águas de Abastecimento para Consumo Humano, 223 mil habitantes foram servidos com água contaminada com organismos microbiológicos e outros 82 mil com nitratos, proveniente de origens superficiais e subterrâneas.

ESTADO APOIA MÚSICA

O Estado, através do Instituto Português das Artes do Espectáculo, decidiu apoiar este ano, de um total de 75 candidaturas, 40 festivais de música e ciclos de concerto, num total de 126.250 contos, mais 17 por cento em relação a 1999.

A iniciativa contemplada com a maior fatia do bolo - dez mil contos - é o XXII Festival Internacional de Música da Póvoa do Varzim, seguindo-se o Festival de Música da Costa do Estoril, com 9.250 contos.

O XX Festival de Música dos Capuchos receberá nove mil contos, enquanto o Festival Música em Leiria contará com sete mil contos.

O Estado vai atribuir seis mil contos ao III Festival Internacional de Órgão de Lisboa, e a mesma quantia ao VIII Festival Internacional de Música de Coimbra.

O XIX Estoril Jazz - Jazz num dia de Verão vai receber 5.500 contos, enquanto que com cinco mil contos serão beneficiados o Primavera Musical 2000 e o Festival Música Viva 2000.

Quatro mil contos é quanto vai receber a



organização do Festival de Música de Espinho e três mil o Festival Internacional de Música de Tomar e o Festival Internacional de Música de Santarém.

Com 2.500 contos vão ser beneficiados o Ciclo de Piano do Palácio da Bolsa e o II Festival de Música Sacra do Algarve.

Os eventos Cantigas de Maio - XI Edição, XXIII Festival Música Verão 2000, III Festival Internacional Musica de Aveiro, III Festival

de Jazz do Valado dos Frades, Integral dos Concertos para 1,2,3 e 4 Pianos de Bach, VII Festival Internacional Música de Gaia 2000 e VIII Festival Internacional Música para Jovens vão receber, cada um, dois mil contos.

A mesma verba será entregue aos XI Encontros da Primavera, III Festival Internacional de Música de Santa Maria da Feira 2000, II Concertos de Primavera, II Festival Intercéltico do Porto, Festival Internacional Guitarra de Aveiro, XVIII Festival de Música Antiga de Óbidos e Encontros Musicais da Tradição Europeia. Guimarães Jazz 2000 contará este ano com dois mil contos, tal como vai acontecer com as organizações dos Encontros com o Barroco 2000, Cantar Liberdade, IV Jornadas Nova Música - Aveiro 2000, Tons de Jazz - II Ciclo de Jazz Torres Vedras, Solar dos Zagallos - Festival de Música, Festival Internacional de Guitarra e Co-Lab Festival Internacional de Música Experimental Improvisada.

O VI Festival de Música Évora Clássica será contemplado pelo Estado com 1.500

contos, enquanto o Festival de Música Electrónica Blue Spot 2000 vai poder gerir mil contos.

O Estado decidiu atribuir também mil contos aos Jovens Músicos de Guimarães e a Otonalidades.

Além destes 40 apoios, mantêm-se os protocolos tri-anuais, assinados em 1999, com a Juventude Musical Portuguesa e Concurso Internacional de Piano da Cidade do Porto. Cada uma destas entidades vai receber este ano mais 10 mil contos.

O júri do Concurso Público para a Selecção dos Festivais de Música e Ciclos de Concertos a Apoiar pelo Estado em 2000 foi constituído por eminentes figuras do panorama cultural nacional.

As candidaturas foram seleccionadas tendo em conta o «rigor na instrução da candidatura e na clareza na apresentação do projecto», «credibilidade na direcção artística», «solidez da estrutura organizativa», «garantias de viabilização financeira», «grau de complementariedade do apoio solicitado» e «enquadramento programático e da adequação estratégica».

DRUGA

Casal Ventoso

«RECONVERSÃO» PARA OITO MIL PESSOAS

Cerca de oito mil toxicodependentes «sem-abrigo» receberam apoio, até ao final de Novembro do ano passado, no Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, na sua maioria homens (84 por cento).

Estes dados foram divulgados na segunda-feira, dia 24, na cerimónia de assinatura de dois protocolos relativos ao Casal Ventoso, em que estiveram presentes o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, a coordenadora nacional do Projecto Vida, Elza Pais, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, e o vice-reitor da Universidade Católica de Lisboa, Pio Alves de Sousa, entre outros. Ao abrigo do primeiro protocolo, a Universidade Católica, através da sua Faculdade de Ciências Humanas, fica mandatada para fazer um estudo sobre as várias valências do Plano Integrado de Prevenção da Toxicod dependência no Bairro do Casal Ventoso (PIPTBCV), para avaliar os resultados obtidos e recomendar novas formas de intervenção no combate ao fenómeno.

O estudo científico sobre o PIPTBCV, que terá de estar terminado em Outubro de 2001, embora sejam divulgados periodicamente relatórios parciais sobre o mesmo, incidirá não só sobre a área da toxicod dependência - abrangendo as estruturas do Gabinete de Apoio, do Centro de Acolhimento, o Centro de Abrigo, e as Equipas de Rua - e a venda de droga, como na intervenção urbanística levada a cabo no bairro e vertente sociológica.

Para já, está definida a análise da documentação, das notícias saídas na imprensa, sondagens à população residente sobre os efeitos que a intervenção da Câmara de Lisboa tem vindo a ter, bem como estudos com a população toxicod dependente, integrada ou não nos programas que têm sido



desenvolvidos pelo Gabinete de Reconversão.

Na mesma cerimónia foi assinado um outro protocolo entre o Governo, o Projecto Vida, a autarquia lisboeta e o Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso que dá continuidade, até 31 de Dezembro deste ano, ao Plano Integrado de Prevenção da Toxicod dependência no bairro, uma vez que o anterior protocolo caducou no último dia do ano transacto.

Aposta na continuidade

A concepção do anterior protocolo não foi alterada neste novo documento, sendo dada continuidade à experiência integrada de prevenção secundária da toxicod dependência, especialmente direccionada para os toxicod dependentes sem abrigo.

De acordo com os números divulgados, o Gabinete de Reconversão prestou, entre 12 de Dezembro de 1996 e 31 de Julho de

1998, apoio a 4 547 toxicod dependentes sem abrigo, dos quais 3 817 homens e 730 mulheres, através do seu Gabinete de Apoio.

De 1 de Agosto em diante, o Gabinete de Apoio passou a ser gerido pela instituição privada Ares do Pinhal, tendo prestado desde essa data e até 30 de Novembro de 1999, cuidados a 3 337 toxicod dependentes, 2 459 homens e 465 mulheres.

No total, de 12 de Dezembro de 1996 a 30 de Novembro de 1999, as duas estruturas atenderam 7 884 toxicod dependentes sem abrigo no Casal Ventoso (6 634 homens e 1 250 mulheres), disponibilizando apoio clínico (2 741), serviço social (3 601), psicologia (3 145), enfermagem (7 963), alimentação (143 201 refeições) e higiene e roupas (17 627).

O Centro de Acolhimento, a funcionar desde Outubro de 1998, em Alcântara, e destinado a preparar para integração em projecto terapêutico mais prolongado a população toxicod dependente inserida no Plano Integrado, recebeu, entre esta data e 31 de Novembro do ano passado, 109 toxicod dependentes (85 homens e 24 mulheres), tendo prestado apoio clínico, consultas externas e internamentos a 1 078, apoio psicossocial e avaliação a 8 308 e cuidados de enfermagem a 1 389.

O Centro de Acolhimento é um espaço em regime residencial temporário e presta serviço que incluem dormida, alimentação, cuidados terapêuticos especializados e actividades ocupacionais, com capacidade para 50 pessoas. No Centro de Abrigo, que começou a funcionar na mesma altura, foram servidas até Novembro passado 125 621 refeições, prestados cuidados de higiene a 1 553 toxicod dependentes, apoio clínico (pequenos actos) a 153 e apoio psicológico a 232.

O Centro destina-se à população toxicod dependente que vive no Casal Ventoso na

condição de «sem-abrigo», a qual é, na sua maioria, integrada no Programa de Metadona, cuja supervisão e acompanhamento cabe ao Gabinete de Apoio.

«Um caso exemplar»

Situado na Rua do Arco Carvalhão, tem uma capacidade de 125 utentes e visa proporcionar abrigo temporário, assegurando os serviços de dormida, alimentação e higiene e funcionando todos os dias entre as 19 horas e as 10 e 30.

As Equipas de Rua - unidades de intervenção directa junto da população toxicod dependente, com vista à redução de riscos e encaminhamento para o Gabinete de apoio - entre Janeiro e Novembro de 1999, fizeram 19 043 abordagens informais, 1 126 sistémicas (continuadas), 82 de urgência e 139 às famílias.

No total das valências do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso - Gabinete de Apoio ao Toxicod dependente (situado na Avenida de Ceuta), Centro de Acolhimento e Centro de Abrigo - existem 195 camas e são fornecidos tratamentos de substituição opiácea por metadona a igual número de utentes.

Destes números foi dada conta ao secretário de Estado que tutela a área, Vitalino Canas, que aproveitou para visitar, acompanhado por João Soares, os centros, bem como os projectos de realojamento, entre os quais a Quinta da Cabrinha (248 fogos já disponibilizados) e a segunda fase do projecto (na Avenida de Ceuta), com mais 400 fogos que estarão prontos até ao final do ano.

Vitalino Canas destacou a «grande obra» e o trabalho «corajoso» e «empenhado» levado a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa no Casal Ventoso e sublinhou a intervenção como «um caso exemplar» da cooperação entre várias entidades, públicas e privadas.

EDUCAÇÃO

Aberto concurso nacional

OITO MIL NOVAS VAGAS PARA PROFESSORES

O concurso nacional de professores abriu, no dia 24, com oito mil novas vagas de quadro e com horário completo para todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao secundário.

Os resultados deste concurso deverão ser conhecidos com a afixação das listas a 17 de Março.

Segundo o Ministério da Educação, a abertura do concurso nacional para o ano lectivo 2000/2001 visa prosseguir o objectivo do Executivo socialista de promover a estabilização do corpo

docente.

Numa nota, o gabinete ministerial da 5 de Outubro refere que a abertura destas vagas significa que entre 1997 e 2001 o ministério aumenta em cerca de 25 por cento os lugares no quadro.

«A este número, acrescenta, haverá ainda que somar o número que irá ser posto a concurso para os Quadros de Vinculação Distrital (QVD) dos educadores de infância e professores do 1º ciclo previsto para 17 de Fevereiro».

Para o Ministério da Educação, a criação de lugares nos quadros a preencher por

concurso «é a forma eficaz de garantir as condições de qualidade e de equidade na vinculação profissional, substituindo-se assim, gradualmente, as situações contratuais».

O Ministério adianta ainda que «este aumento no número de vagas verificou-se em 98/99 e 99/2000 e representou nos Quadros de Zona Pedagógica um crescimento em relação ao concurso de 97/98, equivalendo a um preenchimento de cerca de 19 mil novos lugares».

Segundo a mesma nota, o Ministério da Educação pretende também, durante a

actual legislatura, rever as condições para o exercício da docência (educação pré-escolar e ensinos básico e secundário), nomeadamente no que diz respeito ao enquadramento jurídico do sistema de concurso e de colocações e da criação de incentivos à fixação de docentes em zonas isoladas.

Já para Fevereiro, o gabinete ministerial prevê terminar o processo de aprovação do enquadramento legal e respectiva aplicação relativa ao alargamento da protecção social de desemprego a professores contratados.

MAIOR REDUÇÃO DA MORTALIDADE FEMININA PREMATURA

Portugal foi o país da OCDE que entre 1970 e 1992 registou maior redução de mortalidade prematura de mulheres, enquanto o Japão obteve a maior redução para os homens, segundo um artigo da revista «Estudos Económicos» da OCDE, publicada sexta-feira, dia 21.

Em quase todos os países da OCDE, a redução da mortalidade feminina prematura foi mais forte (entre 5 e 20 pontos percentuais) do que a dos homens, sendo excepções a Holanda, Noruega e Grã-Bretanha, segundo um estudo de Zeynep Or, publicada no número 30 da revista da OCDE.

O estudo assinala que a melhoria na saúde devida às condições de trabalho foi o factor mais importante de redução da mortalidade prematura, seguido do aumento do rendimento por habitante. Zeynep Or observa que as condições de trabalho estão relacionadas com outros factores como a classe social e a educação, sendo que esta última que determina a escolha do emprego, o estilo de vida e a atitude face aos cuidados de medicina preventiva.

O documento destaca que a despesa pública no sector da saúde influencia os níveis de saúde da população, particularmente para as mulheres, com



uma contribuição muito próxima da que advém do aumento do rendimento.

O artigo publicado na revista «Estudos Económicos» destaca que, ao contrário do que é sugerido por alguns autores, verifica-se uma relação positiva entre a despesa pública no sector e a saúde, o que é importante num momento em que se debate o papel do sector público no fornecimento de cuidados de saúde.

O estudo assinala que os resultados da

saúde são avaliados usando uma medida da mortalidade prematura, em vez dos indicadores clássicos, para facilitar a quantificação do impacto de cada factor.

O trabalho de Zeynep Or analisa também os determinantes da mortalidade prematura em 21 países da OCDE, incluindo Portugal, nas últimas duas décadas.

O documento conclui que nos países

industrializados os factores ambientais podem ser mais importantes do que as despesas médicas na explicação das variações de mortalidade prematura.

Salienta-se que o impacto negativo da poluição do ar é particularmente visível nos países que tiveram um crescimento económico e industrialização acelerados nas duas décadas consideradas, nomeadamente na Grécia, Portugal e Espanha.

O texto refere que é difícil distinguir entre os efeitos das mudanças nas condições de trabalho e os reflexos dos níveis de escolaridade crescente.

O estudo regista que não estão suficientemente analisadas as razões do aumento das despesas de saúde e o nível de eficiência global na utilização desses recursos para conseguir melhores resultados ao nível da saúde das populações.

O autor afirma que é necessário desenvolver dados comparáveis mais detalhados sobre a saúde para ser possível efectuar análises comparativas dos diversos sistemas de saúde, melhorando a extensão dos dados e indicadores do ambiente social, económico e físico e dos estilos de vida, com dados diferenciados sobre homens e mulheres.

MAIOR CRESCIMENTO DOS SALÁRIOS E DAS PENSÕES

A União Geral de Trabalhadores (UGT) prometeu no dia 18 de Janeiro «lutar na negociação colectiva» por um maior crescimento dos salários e das pensões, «em todos os sectores e empresas, incluindo a administração pública».

Esta promessa consta de uma resolução que foi aprovada, por unanimidade, na reunião do Secretariado Nacional da UGT. Além disso, ficou definido que a central sindical vai «exigir ao Governo que, na sua proposta de Orçamento de Estado, contemple uma diminuição do IRS que garanta uma correcção dos salários e das pensões».

Segundo o secretário-geral da UGT, camarada João Proença, os salários e pensões perderam 1,5 por cento nos últimos três anos, devido aos desvios da inflação relativamente às previsões governamentais.

João Proença, que participou numa reunião com o ministro das Finanças e da



Economia, afirma, porém, que «a posição do Governo não tem a abertura que esperávamos para a redução da carga fiscal sobre os trabalhadores por conta de outrem».

Sobre os valores da actualização dos escalões do IRS apresentados pelo ministro Joaquim Pina Moura, Proença declara-os «manifestamente insuficientes».

Concertação social

O documento aprovado pelos sindicalistas prevê, também, «uma política de concertação social visando a celebração de acordos sobre as matérias mais relevantes para os trabalhadores».

No documento, a central da Buenos Aires lamenta, ainda, a exclusão da política de rendimentos da lista de temas a negociar. Sobre a concertação social, João Proença garantiu que a UGT não assinará acordos que não traduzam «verdadeiros compromissos».



Albufeira

Câmara investe no saneamento

A Câmara Municipal de Albufeira adjudicou a execução parcial da empreitada de remodelação da ETAR de Vale Faro, Sistema Elevatório da Balaia e remodelação da ETAR de Ferreiras, no valor de 1,8 milhões de contos.



Educação musical

O município de Albufeira disponibilizou uma verba de 360 mil escudos destinada ao projecto «Expressão e Educação Musical no 1º Ciclo do Ensino Básico» na Escola dos Calieços, durante o corrente ano lectivo. O projecto, que tem por objectivo possibilitar um maior desenvolvimento das capacidades dos alunos numa área que apresenta enormes carências, resulta de um protocolo entre a Direcção Regional de Educação do Algarve e a autarquia de Albufeira.

Alcântara

II «Alcântara na Desportiva»

Desde o início de Novembro que está a decorrer a 2ª edição de «Alcântara na Desportiva», uma iniciativa com diversas modalidades desportivas promovida pela Junta de Freguesia de Alcântara.

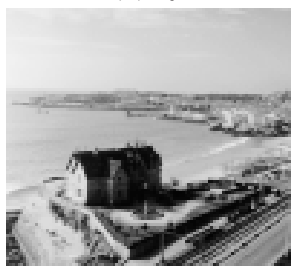


Tal como no ano anterior, nesta iniciativa participam atletas de todos os escalões etários dos clubes e colectividades existentes na Freguesia de Alcântara. «Alcântara na Desportiva» é uma realização que termina no final de Fevereiro e que pretende ser não só um espaço desportivo, mas igualmente um espaço de convívio e de sã convivência.

Cascais

Recuperação de arruamentos

A Câmara Municipal de Cascais adjudicou o início de um conjunto de obras para o concelho, orçadas em mais de 227 mil contos, que vão beneficiar directamente a população residente.



Com estas obras agora adjudicadas vai ser possível iniciar os trabalhos para a instalação de saneamento básico, sinalização, pavimentação e calcetamento na Rua dos Malmequeres, em Cascais, Rua da Escola, Rua da Eira do Rei, Rua 6 de Outubro, Largo de St.ª Barbara e Beco do Escondidinho, em São Domingos de Rana, bem como as Ruas Barros Queiroz, da Fonte, dos Goivos e A a poente do aglomerado habitacional de Atibá, no Estoril. Também a Rua das Açucenas, em Bicesse, vai ser recuperada. Nesta mesma altura foram lançadas obras, orçadas em mais de 260 mil contos, para a construção das Ruas do Pinhal e do Golfe, no Estoril, da ligação da Rua S. Domingos à Rua Furriel João Vieira, em Alvide e para a reparação de calçadas em todas as freguesias do concelho.

Coimbra

Calendário 2000

O pelouro da Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra editou um calendário para o ano 2000.



Tendo como pano de fundo o ambiente, o calendário é ilustrado com algumas

das árvores mais características do concelho de Coimbra.

De grande beleza estética e importância didáctica e pedagógica, o calendário 2000 é da autoria dos designers Fernando Correia e Nuno Farinha.

Faro

Euro 2004

As câmaras municipais de Faro e de Loulé tomaram um conjunto de medidas com vista à construção do Estádio Intermunicipal, de forma a que o Sul do País e a grande região turística que é o Algarve sejam palco do grande evento desportivo e mediático que será o Euro 2004.



Entre outras medidas, os dois municípios tomaram várias providências relativas aos PDM's dos dois concelhos, tendo em vista prevenir ou ultrapassar eventuais limitações ou dificuldades administrativas.

Santo Tirso

Autarquia revê PDM

A Câmara Municipal de Santo Tirso decidiu recentemente iniciar o processo de revisão do PDM, documento que regula o ordenamento urbanístico do território concelhio desde Setembro de 1994.



Com o objectivo de promover a participação de todos os munícipes no processo de elaboração desta revisão, foi aberto um período de participação pública que decorre desde 15 de Janeiro até 15 de Abril.

Sintra

Sintrolândia vai criar milhares de empregos

Sintrolândia é o nome escolhido pelo Registo de Pessoas Colectivas para a empresa municipal criada no dia 21 e que vai coordenar o projecto de um parque temático a construir no concelho de Sintra. Ricardo Vilar, arquitecto da Cameron Hall Portugal, empresa responsável pelo projecto, disse que o processo de criação da empresa municipal esteve três semanas à espera de uma decisão sobre o nome a dar ao parque, o que atrasou a apresentação pública do projecto.

A construção do parque temático onde os espaços verdes não vão faltar, e de uma zona de entretenimento nocturno, deverá demorar um ano e meio e estar concluída na Páscoa de 2002, com um investimento de 50 milhões de contos na primeira fase. A zona temática, que vai chamar-se Fantasia Park, é dedicada às descobertas portuguesas, havendo representações do Brasil, África, Japão e Portugal, com restaurantes típicos, pontos de venda de artigos produzidos nas diferentes regiões, zonas culturais e salas de espectáculo. Além do parque temático, o Sintrolândia terá uma zona de bares e um parque de diversões para manter os jovens no concelho e porque na zona do Campo Raso, onde vai ser instalado, não existem zonas residenciais perto.

O Museu do Ar é outro dos projectos para a primeira fase, da responsabilidade da Força Aérea Portuguesa, não havendo ainda certezas para o prazo de conclusão porque as negociações estão a decorrer. Para a segunda fase está planeada a construção de dois ou três hotéis, número que vai depender do sucesso da primeira fase, e o Factory Outlet Center, onde serão instaladas várias fábricas de confecção das marcas mais conhecidas com venda directa dos seus produtos ao público, mas a metade do preço.

Na terceira fase vai ser construído um complexo desportivo, um campo de golfe municipal, um instituto politécnico para a difusão da indústria do mármore e um Business Center, para a instalação de empresas.

O projecto, que no total ascende a 200 milhões de contos, abrange uma área de 500 hectares, dos quais 300 vão ser requalificados e os restantes destinados a novas construções.

A fase de construção do projecto vai gerar 4 400 postos de trabalho e para a manutenção do parque vão ser necessários 2 000 trabalhadores com qualificação técnica adequada. Segundo as expectativas da Cameron Hall, o parque terá 1,3 milhões de visitantes por ano podendo atingir 25 a 30 mil pessoas nos meses de Verão.

A escritura de constituição da empresa municipal vai ser hoje assinada entre a Câmara Municipal de Sintra e a Cameron Hall Portugal, no Palácio Valenças, em Sintra.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

PS quer educação sexual

O Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional dos Açores apresentou no dia 20 de Janeiro um projecto que regulamenta nas áreas do planeamento familiar e educação sexual nos Açores.

O documento, divulgado em conferência de imprensa, na Horta, defende a introdução em todos os Centros de Saúde da Região e nos Serviços de Ginecologia e Obstetrícia dos Hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, de consultas de planeamento familiar.

Segundo a deputada Fernanda Mendes, autora da proposta, este diploma, caso venha a ser aprovado em plenário, permitirá definição na política regional de planeamento familiar, bem como na implementação da educação sexual nos estabelecimentos de educação na Região.

No seu entender, estes objectivos implicam preparação de técnicos por forma a fornecer as respostas adequadas à diversidade de situações que se apresentam nesse domínio.

Planeamento familiar

Segundo a proposta, as consultas de planeamento familiar abrangerão as áreas de informação sobre direitos sexuais e reprodutivos e sobre os métodos contraceptivos, além de preverem o fornecimento gratuito de meios contraceptivos, a detecção de indivíduos com problemas de infertilidade e genéticos e o rastreio de cancro genital e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente as transmitidas pelo HIV e pelos vírus das hepatites B e C.

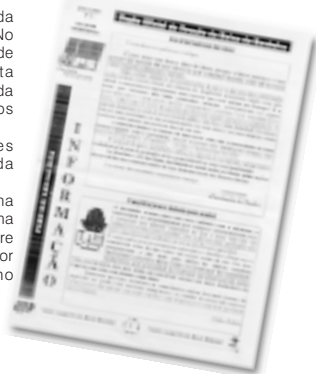
BAIXA DA BANHEIRA

Órgão oficial

Saiu mais um número do órgão oficial da Secção da Baixa da Banheira do PS. No n.º 2 desta publicação de periodicidade trimestral é dada uma completa informação da actividade desenvolvida pela Secção, para além de diversos artigos sobre problemas locais.

Destaque ainda para interessantes artigos de opinião sobre temas da actualidade.

«A terceira idade é o começo de uma nova vida, daí a necessidade de uma estreita ligação com a juventude», refere o camarada Daniel Justo, coordenador da Secção, num artigo sobre o Ano Internacional do Idoso.



CAMPOLIDE

Faleceu Carlos Filipe

A Secção de Campolide está de luto. O camarada Carlos Alberto Amaral Filipe, um dos mais destacados e dedicados militantes desta estrutura, faleceu no passado dia 19, vítima de doença súbita. Militante do PS desde 1976, membro do actual e de anteriores secretariados da Secção, o camarada Carlos Filipe era também um autarca de eleição. Tesoureiro da Junta de Freguesia de Campolide desde 1983, foi um dos principais impulsionadores da mudança da sede da Junta para o novo edifício, bem como da sua modernização. Num comunicado, a Secção de Campolide realça o «elevado carácter» de Carlos Filipe, sublinhando que «cedo granjeou o respeito e a amizade de todos os que com ele conviveram ou trabalharam».

A família enlutada e à Secção de Campolide, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências pela morte de Carlos Filipe, um militante exemplar que sempre norteou a sua actividade política em torno dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade.



CHAMUSCA

Reunião da Comissão Política

Com a presença da camarada Edite Estrela, dirigente nacional do PS, realizou-se no passado dia 15, na Chamusca, uma reunião da Comissão Política Distrital.

Na reunião, que contou com a presença de 90 dirigentes distritais, ficou mais uma vez patente a vitalidade política do PS no distrito de Santarém e o reconhecimento do bom trabalho que está a ser desenvolvido pela Federação Distrital.

Reeleição de Sampaio

A Comissão Política Distrital, entre outros pontos, analisou as actividades para 2000 e a sua metodologia de funcionamento, bem como reafirmou a «necessidade de assegurar a reeleição do Presidente da República, que queremos acreditar, será novamente eleito o nosso camarada Jorge Sampaio».

Para se alcançarem estes objectivos, na reunião «foi reconhecida a necessidade de continuar a desenvolver iniciativas públicas sectoriais e temáticas, que se traduzam numa maior abertura do PS à sociedade civil».



GAIA

PS crítica Nuno Cardoso

O presidente do PS/Gaia, camarada Barbosa Ribeiro, acusou no dia 21 o presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, de actuar isoladamente, «colocando em causa a estratégia do partido para o distrito do Porto».

Numa carta enviada à Federação Distrital do Porto do PS, o dirigente dos socialistas de Gaia pede àquele órgão partidário «uma política clara de condenação» das declarações produzidas pelo presidente da Câmara do Porto e solicita uma «reunião urgente entre o PS/Porto e o PS/Gaia para uma análise em profundidade das próximas autárquicas».

O camarada Barbosa Ribeiro sustentou que «os socialistas de Gaia não podem tolerar a cumplicidade política implícita na reunião num café público, a horas de expediente e com a comunicação social presente, entre os dois autarcas (Nuno Cardoso e Luís Filipe Menezes)».

Barbosa Ribeiro referia-se à posição assumida pelo autarca português após um encontro com o seu homólogo de Gaia, no final do qual Nuno Cardoso e Luís Filipe Menezes se manifestaram dispostos a ultrapassar divergências políticas para alcançar consensos na Área Metropolitana do Porto.

«Não é num café que se tratam assuntos sérios da Área Metropolitana do Porto», disse Barbosa Ribeiro, acrescentando que o PS/Gaia considera que «a atitude do presidente da Câmara do Porto só veio dar cobertura à política demagógica e feita à custa de puro foguetório de Luís Filipe Menezes em Gaia».



Politicamente reprovável

«Numa altura em que o PS/Gaia trava uma luta tenaz e sem tréguas contra o populismo demagógico do presidente da Câmara de Gaia, a atitude de Nuno Cardoso é politicamente reprovável, dado que põe em risco todo o esforço despendido diariamente pelos socialistas» do concelho, afirma o PS/Gaia, em comunicado.

LEIRIA

Gabinete do Eleitor

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Leiria querem ser os porta-vozes dos problemas e das aspirações dos cidadãos do distrito.

Para atingir tal objectivo com maior eficácia está em funcionamento desde o dia 24 o «Gabinete do Eleitor» que funciona nas instalações do Governo Civil de Leiria, na Rua Dr. Manuel Arriaga.

O atendimento aos eleitores, sob marcação prévia, decorre todas as segundas-feiras, entre as 11 e as 13 horas.

As marcações deverão ser efectuadas por telefone ou fax para o Governo Civil ou para a Federação do PS/Leiria.

AS RESPONSABILIDADES DOS SOCIALISTAS DEMOCRÁTICOS

Os dirigentes do movimento socialista democrático mundial reúnem-se em Lisboa. Apresentamo-nos aqui com experiência, contextos políticos e históricos diversos, mas o desafio político que se nos coloca é o mesmo: criar desenvolvimento e justiça social, de modo a incluir a totalidade dos cidadãos nas nossas sociedades.

As disparidades crescentes entre os que ganham e os que perdem com o processo de globalização aplanam o terreno para a violência, a criminalidade e o extremismo político.

Para mudar este curso das coisas precisamos de instituições e medidas, não só ao nível nacional e regional mas também ao nível global. A Internacional Socialista é a maior organização política do mundo, com cerca de 150 partidos-membros e perto de uma centena de candidatos à filiação. Mais de 1/3 são partidos que estão nos governos dos respectivos países, sós ou em coligação. Treze dos 15 Estados da União Europeia são governados total e parcialmente por partidos da nossa família política. Na Europa, considerada na sua globalidade, são 20. Somos, além disso, um importante factor de influência na cena política mundial. Na América Latina, existem mais de 40 partidos em cerca de 12 países. A Argentina e o Chile elegeram recentemente Presidentes que nos são politicamente próximos. Em África, existem 25 partidos – sendo o maior o ANC sul-africano – e inúmeros movimentos inspirados no nosso ideário. Na Ásia, há dez anos atrás, dificilmente se encontravam partidos socialistas democráticos. Actualmente, também aí se assiste ao nascimento do movimento socialista democrático.

Este desenvolvimento deve ser visto à luz da globalização operada na última década e como resultado do fim da guerra-fria. O socialismo democrático é o único modelo político que põe as pessoas à frente do mercado. Tal não significa que sejamos contra a economia de mercado. Pelo contrário: a globalização da economia conduziu a um crescimento e a um desenvolvimento que nós saudamos. Mas o que não aceitamos é uma economia de mercado em que os recursos não sejam justa e igualmente distribuídos, implicando a exclusão total de muitos dos nossos concidadãos.

Para a nossa família política, a cooperação e a solidariedade para além das fronteiras nacionais são factos naturais. Tal como há cem anos houve um esforço de organização com vista à criação de um modelo que combinasse o desenvolvimento económico surgido da industrialização com objectivos de progresso e justiça social, procuramos agir hoje de forma concertada com vista a atingir um novo equilíbrio, numa época de



globalização. O crescimento económico e o combate ao desemprego foram e são os nossos objectivos comuns. Por isso, os Governos da União Europeia sob a nossa responsabilidade colocam a questão do emprego e da promoção da coesão social no centro das preocupações da União. Os nossos objectivos comuns começam em casa, ao nível nacional. Nas antigas democracias, os velhos laços de solidariedade foram debilitados. As democracias modernas estão a ser questionadas por a nova ordem política não ser capaz de fazer frente à pressão dos mecanismos selectivos e distribuidores das forças do mercado ou impedir o desenvolvimento em vez de o incrementar. Uma das nossas tarefas fundamentais consiste no aprofundamento

verificada após a guerra-fria, crimes contra os direitos humanos são ainda hoje frequentes.

Os incidentes verificados nas últimas décadas contra a população civil no Ruanda, nos Balcãs e na Tchetchénia demonstram que o mundo não se humanizou. Os direitos humanos, sociais e culturais devem ser realçados hoje com maior amplitude, como consequência da globalização. Há que repensar o enquadramento e a base legal do direito de ingerência humanitária e reforçar o sistema das Nações Unidas.

Um próximo passo será o desenvolvimento da cooperação com os Estados Unidos e com a Rússia. Os processos internos nestes países são de grande importância para o resto do mundo, em particular na área da política de segurança. No âmbito da Internacional Socialista, Goran Persson será especialmente responsável pelas relações com a Rússia e com a Comunidade de Estados Independentes, enquanto Tony Blair terá a seu cargo o diálogo transatlântico. Queremos proceder ao incremento das relações da Internacional Socialista com os actores políticos globais.

A integração da Federação Russa nos diferentes segmentos da cooperação europeia é uma condição para a continuidade da democracia e do desenvolvimento nesses enormes países. As crises económicas e sociais na Rússia constituem um entrave ao incremento da democracia, sendo esta uma condição para um desenvolvimento sustentável. É tarefa urgente apoiar tanto no plano político como no plano prático os movimentos populares e os partidos políticos que lutam pelo aprofundamento da democracia e pelos direitos humanos. O alargamento da União Europeia é um importante projecto para a paz e democracia não só na Europa. Uma integração bem sucedida constituirá um exemplo para outras partes do mundo. O debate global de ideias políticas relativas à paz, democracia e justiça social não é apenas uma preocupação dos membros da Internacional Socialista. No âmbito do próximo fórum mundial que iremos promover serão convidados professores universitários, entidades do mundo financeiro, do comércio e da indústria, políticos e outros, com o propósito de discutir as estruturas futuras para o progresso global.

O nosso movimento internacional está na primeira linha deste projecto e é o principal impulsionador deste programa de progresso global. Os desafios e as dificuldades são muitos, e não temos a pretensão de ter todas as respostas. Mas, ao contrário dos movimentos de direita, pensamos que a nossa responsabilidade e a nossa solidariedade ultrapassam o quadro das fronteiras nacionais.

* Primeiros-ministros de Portugal e da Suécia; #1 «Expresso»



QUALIDADE E DEMOCRACIA

A qualidade da democracia e a necessidade de credibilizar o sistema político tem sido um dos temas recorrentes das discussões nos últimos tempos. Se a imagem do sistema político se degradou fortemente, isso deve-se, em boa parte, à própria acção de alguns actores políticos que decidiram adoptar estratégias de popularidade fácil e rápida, com propostas e atitudes insensatas, pondo em causa a classe e as instituições que eles próprios representam. Assim se atingiu fortemente a nobreza, honestidade e boa-fé da política, o que é injusto e perverso para o próprio sistema democrático.

Os partidos têm actuado neste processo com comportamentos diferentes, com claras diferenças entre o PCP e o PP. Enquanto o PP já passou da defesa de uma moralização demagógica, para uma valorização da política e das instituições que representam, o Partido Comunista tem uma estratégia diferente, preferindo, acima de tudo, atacar as políticas e as orientações do Governo. Já o PSD tem-se evidenciado nos últimos tempos pela utilização de uma estratégia e linguagem estranhas, o que certamente se fica a dever ao facto do partido atravessar um período de desorientação política e de fragmentação interna, cheio de tensões e expectativas

negativas, com reflexos óbvios na sua postura e acção política. Os seus dirigentes recorrem com frequência a ataques pessoais e, tão mau como isso, pretendem incutir na opinião pública a ideia que a nossa democracia não está consolidada porque o PS detém um grande poder na sociedade portuguesa.

O PSD quer fazer passar a ideia de que o facto do PS ter maior representatividade política na sociedade, na Assembleia da República, nas Câmaras e no Parlamento Europeu, legitimamente obtida em sucessivas vitórias eleitorais, é um sinal de debilidade democrática. Só que esta tese configura a negação da vontade dos portugueses e é tão incoerente que encerra em si própria uma intenção de duvidosa democraticidade, já que põe em causa um poder legitimamente conferido pelo voto. E é precisamente aqui que o feitiço se volta contra o feitiço, levando o PSD a atropelar princípios e valores democráticos. Além disso, é uma ofensa aos portugueses, que estariam assim a ser coniventes com este «jogo antidemocrático». Ao que parece, o PSD quer fazer passar a mensagem que só haverá verdadeira democracia quando chegar ao poder e que, até lá, todos nós vivemos numa espécie de fase pré-democrática, não percebendo que assim está a dar uma imagem falsa e redutora da

nossa democracia ao tentar que uma mentira ganhe ares de verdade.

Portanto, o problema não se põe ao nível da qualidade da nossa democracia que, como todas as democracias, estão em permanente aperfeiçoamento, mas da qualidade de alguns dos nossos políticos. Os mesmos que não têm poupado esforços para desvalorizar a presidência da Internacional Socialista pelo primeiro-ministro e secretário-geral do PS, António Guterres, não obstante ser esse um cargo internacional de grande relevo, ou disparam sobre a presidência portuguesa da União Europeia por não se conseguir realizar a Cimeira com África, passando ao lado daquilo que verdadeiramente interessa, que é tirar esse continente do abismo em que se encontra.

A tese do PSD de que existe uma perigosa concentração de poder no PS é a revelação de uma grande dificuldade em digerir as derrotas em sucessivas eleições. Não é preciso estar muito atento à vida política para perceber que não foi durante a legislatura do PS que se agravou a qualidade da nossa democracia. Pelo contrário, melhorou bastante, desde logo pelo respeito conferido à Assembleia da República e ao papel dos deputados, pelo diálogo com a sociedade civil, pela vontade de descentralizar os poderes do Estado,

abdicando o próprio Governo desse poder, pelo incentivo a uma maior participação da sociedade civil nas decisões sobre os seus interesses, pela criação dos referendos regionais e também pela nomeação para cargos públicos relevantes de personalidades de vários quadrantes políticos, entre elas muitas do PSD, infinitamente mais do que os socialistas nomeados pelo PSD, durante os anos em que foi Governo.

A qualidade da democracia também se vê pela colaboração de todos os partidos na implementação de reformas que vão ao encontro das mais profundas expectativas dos portugueses, designadamente nos domínios da saúde, justiça, impostos ou segurança social. Os partidos não podem passar o tempo a bloquear reformas para depois gritarem aos sete ventos que o Governo não faz as mudanças que a sociedade precisa. Este é certamente um dos factores que rouba qualidade à democracia, porque a coberto do pretexto de se querer melhorar isto ou aquilo, o que na realidade se está a fazer é impedir a aprovação de medidas que permitiriam aos portugueses ter uma vida melhor e mais fácil, com mais segurança e bem-estar, com menos diferenças e maior igualdade de oportunidades.

In «Expresso»



INSUFICIÊNCIA E DESPÉRDÍCIOS NO SNS EM VEZ DE EFICIÊNCIA, QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO

É claro, para quem se dedique a pensar o SNS, que há questões centrais do sistema de saúde. São, sumariamente, as insuficiências e os desperdícios da gestão orçamental, além da sua baixa eficiência, reduzida qualidade de cuidados e secundarização do cidadão.

Como sair deste xadrez? Há vias, que nós socialistas, defensores de valores como a transparência, solidariedade, igualdade de oportunidades e justiça social, permitem resolver o jogo a favor do cidadão. Sempre a favor da pessoa.

A competição dentro do sector público e entre o sector público e o sector privado são mecanismos saudáveis, com função estruturante, orientadores de uma reforma viável, dentro do todo da reforma da administração pública.

Se queremos ganhos em saúde, temos de servir os interesses dos cidadãos, saber como servir, nunca esquecendo que cada um de nós é cidadão. Somos sempre usufrutuários da estrutura que criamos ou deixamos que os outros criem.

O nosso problema não se resolve com mais dinheiro, a solução passa antes demais por melhor gestão do que temos. Há que premiar quem gere melhor, quem produz melhor e não cobrir as dívidas dos mais gastadores que não asseguram ganhos em saúde proporcionais.

Não haja ilusão que a privatização resolve tudo, há é que melhorar de forma continua a qualidade de intervenção das organizações públicas, com inovação, libertas de pressões exteriores que a forcem a assumir essa nova postura. Este processo de melhoria é algo que constitui a sua própria razão de intervir

e actuar. Melhoria que tem de ser contínua, sem fim à vista. Não basta aumentar a eficiência hoje, há que criar organizações aptas a melhorar, ainda que não conheçamos as condições de amanhã.

Temos de melhorar o relacionamento com o cidadão, com serviços de qualidade.

Temos de aproximar o cidadão do serviço público, melhorando a acessibilidade.

É profunda a alteração? Certamente que sim. Temos é de achar que vale a pena e sabemos já que a alma não é pequena.

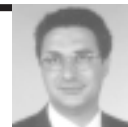
É importante saber que o processo é um conjunto de actividades que a partir de um conjunto de dados cria um produto de valor para o cidadão. Além disso, que a corporização das relações organizacionais é a estrutura. O processo e a estrutura são indissociáveis, resultam da comunicação interpeçoal.

Sejamos capazes de definir a estratégia de actuação, pois o contexto socio-político que envolve as organizações que constituem a administração pública o obrigam, bem como a sua medição.

A mudança é constante, as pessoas e as organizações necessitam continuamente de se ajustarem mutuamente, por forma a redefinirem-se e melhorarem os seus resultados, quer individuais quer colectivos, e constitui aprendizagem.

Com a aprendizagem as organizações transformam-se, de modo mais ou menos acelerado, num processo de mudança.

É aqui que a transformação cultural para estruturas mais abertas e participativas e processos de decisão mais rápidos, com autonomia e responsabilização, é fundamental na melhoria do produto que se presta ao cidadão.



A REFORMA, A REESTRUTURAÇÃO OU O REEQUILÍBRIO

O funcionamento do sistema fiscal português será sempre um tema para debate.

Apesar das suas insuficiências, mas também das suas virtudes (pelo menos, a capacidade de arrecadar receita e os seus intuitos redistributivos), todos os fiscalistas estão cientes, das dificuldades que existem para melhorar ou reformar o sistema, no sentido de conseguir uma maior justiça fiscal para o universo dos contribuintes Portugueses. Considerando a importância que o IRS e o IRC, têm no total das Receitas Fiscais (cerca de 42 por cento) por um lado, e nas implicações no campo de incidência, que deles deriva outros impostos, por outro, parece relevante que se analise a evolução destes dois impostos nos últimos 9 anos.

1. A evolução contributiva em IRS e IRC

O número de contribuintes em 1998 foi de cerca de 3.5 milhões, mais 350 mil do que em 1995 e mais 490 mil do que em 1992. Este acréscimo do número de contribuintes, teve maior significado a partir de 1996 e deve-se essencialmente ao aumento do número de contribuintes em IRS (um crescimento de 11.1 por cento de 1995 para 1998, contra 3.7 por cento de 1992 para 1995).

A matéria colectável, por sua vez, também apresenta um crescimento mais significativo a partir de 1995. Tal facto ficou a dever-se ao aumento mais acentuado da matéria colectável de IRC, que teve um crescimento de 53 por cento de 1992 para 1995 e de 72 por cento de 1995 para 1998 (no período de 1992 a 1995, a matéria colectável em IRC cresceu 1.6 vezes). Por sua vez, a matéria colectável em IRS teve um crescimento, mais ou menos progressivo.

Ao crescimento da matéria colectável, correspondeu, como é lógico, o aumento do valor das colectas.

A este respeito, também foi o aumento da colecta em IRC (cresceu 47 por cento de 1995 para 1998), que mais contribuiu para o crescimento do valor das colectas a partir de 1995, permitindo que no total das colectas, o crescimento de 1992 para 1998 tenha sido de 77 por cento.

A evolução das matérias colectáveis e das colectas, com crescimentos superiores ao crescimento do número de contribuintes, nomeadamente a partir de 1995, teve como significado um alargamento da base tributável e um aumento do valor das colectas por contribuinte, factor essencial para manter o financiamento do sistema. Trabalhando estes dados e calculando o indicador de matéria colectável e de colecta por contribuinte, apesar de se registarem crescimentos relevantes ao nível do IRS é mais uma vez no IRC, que estes indicadores registam um aumento

mais significativo, a partir de 1995. Digno de registo é também o facto do peso das colectas em relação às matérias colectáveis ter sido praticamente inalterado no período de 1991 a 1995 (cerca de 21 por cento no IRS, entre 38 por cento a 24 por cento em IRC e cerca de 25 por cento no conjunto dos dois impostos). Isto significa que, em termos gerais, o Governo não subiu a carga fiscal, confirmando-se a promessa da não subida de impostos. No entanto, a análise genérica destes números, não esclarece a inegável iniquidade do sistema, as fugas que realmente existem e os montantes, que de facto por diversas razões, deixam de ser arrecadadas pela administração pública.

2. A relação Estado/Contribuinte

Se a eficiência da máquina fiscal, sobretudo nos últimos quatro anos, nomeadamente através da melhoria dos sistemas de controlo e fiscalização terão permitido ao Estado arrecadar a mais, cerca de mil milhões de contos (pressupondo a mesma colecta por contribuinte de 1995 a 1998), no conjunto dos dois impostos não podemos ignorar, o elevado número de contribuintes em IRC, que nada pagam ou que pagam valores irrisórios, da não declaração de rendimentos em espécie, da subfacturação, das despesas empoladas, etc., etc. etc.

Durante muitos anos, o Estado enquanto

corador de impostos colocou-se sistematicamente perante o contribuinte, no pressuposto de que este não era cumpridor. Então, a solução sistematicamente encontrada para que o nível de receitas não baixasse, era o de subir ano após anos, as taxas do imposto. Essa metodologia, errada logo no princípio da presunção do incumprimento, leva a que sistematicamente uns, paguem absurdamente mais que outros e pior que tudo, também pelos outros. Isto é, a sobrecarga recai na maior parte dos contribuintes por conta de outrem, cujo rendimento advém exclusivamente do salário legal e realmente declarado.

O primeiro passo para eliminar esta presunção de incumprimento e para dar maior transparência ao sistema fiscal era sem dúvida a adopção do princípio da tributação pelo rendimento real. Na realidade é a aplicação dessa metodologia, que explica o sucessivo crescimento da matéria colectável em IRC, nomeadamente nas pequenas e médias empresas.

No entanto, a adopção do princípio da tributação pelo rendimento real, mantendo em vigor taxas que na sua génese não tinham por base este princípio, acentua as injustiças e os empresários têm dificuldade em entender um nível de tributação, que está entre os 38 por cento e 34 por cento (acrescendo ainda as contribuições para a segurança social), quando o nível de tributação em IRS, se situa nos 21 por cento. Ou seja, não é

aceite com razoabilidade, que uma empresa tenha um «sócio» (Estado) que no fim do ano receba 1/3 dos dividendos. Estamos, assim, num ciclo vicioso em que existem um conjunto de questões, que devem ser clarificadas.

- Se os sistemas de controlo e fiscalização são eficientes no actual sistema, as lacunas estarão no sistema.

- Se o sistema tem a malha larga, partindo do princípio do incumprimento, tal é incompatível com a tributação pelo rendimento real, pois as taxas são inadequadas.

- Se a postura do próprio contribuinte perante o Estado é a de incompreensão para com o sistema, então estamos na situação em que o doente não colabora com o médico e logicamente dificulta a terapia.

- Confundir deficiências do sistema com insuficiências dos métodos de fiscalização, nomeadamente acreditar que o levantamento generalizado do sigilo bancário é a grande solução, traduzir-se-á na prática por punir exemplarmente alguns contribuintes, sem que na generalidade haja alterações ao sistema, ou seja admitir a incapacidade de o melhorar.

3. O reequilíbrio do sistema

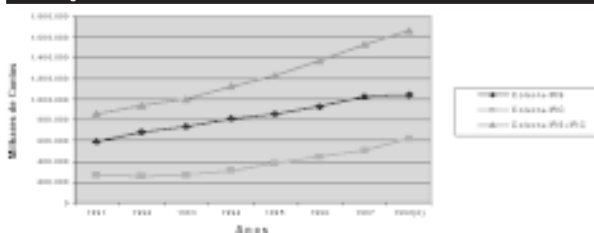
Uma vez que, no que respeita ao IRS, tem sido possível não aumentar a carga fiscal (nomeadamente pelo intensivo recurso dos contribuintes às diversas modalidades de benefícios fiscais e também pelo mecanismo de deduções à colecta, introduzido pelo Governo a partir de 1999), tudo aponta para que ao nível do IRC, o papel das empresas e empresários seja determinante.

Se as taxas de IRC se situarem em valores razoáveis, esse será um primeiro passo para que não existam empresários (sócios-gerentes) a declaram como rendimento o Salário Mínimo Nacional, que possa ser diminuído o número de trabalhadores contratados em situação precária, que as situações dos trabalhadores independentes (liberais) seja transparente, que o princípio da tributação pelo rendimento real, seja realmente aplicado. O contexto actual, apresentado pela evolução nos últimos anos do número de contribuintes e respectiva carga fiscal, demonstra que a proposta do Governo em reduzir as taxas de IRC é oportuna, lógica e indispensável para diminuir a iniquidade do sistema.

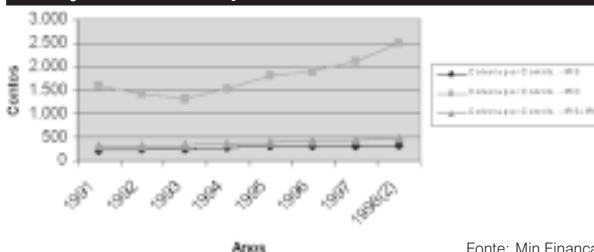
Como em qualquer sistema, o sistema fiscal é composto por vários intervenientes e a sua relação é interdependente e indispensavelmente leal. Se alguma das partes não cumpre lealmente com os seus deveres, então, de facto não haverá sistema que nos valha.

*Deputado do GPPS

Evolução das colectas



Evolução das colectas por contribuinte



Fonte: Min.Finanças



O MOLUSCO DE EINSTEIN CONTO DO MILÉNIO

A chegada, o prestigiado Presidente da ACUM (Academia das Ciências Universal Microbiana) trocou umas palavras de circunstância com o colega (e candidato à sua sucessão), que tratara dos detalhes e o arrastara para aquele encontro.

«Sabe, eu não dou muita importância a estas iniciativas do ministro Ogag, mas sempre é preferível falar para os jovens do que para os políticos.»

«Sim, os jovens de hoje são os políticos de amanhã, são eles o nosso futuro.»

«Pois - rosnou para dentro o Presidente -, assim vais longe. No mínimo, a presidente da ACUM, e talvez até...» Vieram chamá-los. Ao entrar na sala milhares de jovens micróbios levantaram-se e aplaudiram fazendo vibrar as membranzinhas. Na realidade, não eram micróbios verdadeiros, mas robots de micróbios. A sessão era transmitida por videoconferência para milhares de outras salas onde biliões de jovens micróbios, estes verdadeiros, a seguiam em directo com a possibilidade de intervirem com perguntas e curtas intervenções.

Um elaborado programa e um complicado sistema de ligações permitiam escolher as perguntas dos micróbios reais e fazer sínteses das suas intervenções que depois eram apresentadas pelos micróbios robots diante dos conferencistas.

Embora o sistema ainda não estivesse inteiramente apurado, a Administração já usava amplamente o conceito de cidadão-robot. O que se fazia, ali, era, exactamente, uma aplicação num domínio, o das conferências científicas, em que revelara não estar ainda inteiramente afinado.

Em sessões anteriores, os programas elaborados a partir de elementos estatísticos tinham eliminado as perguntas inteligentes e originais com o argumento de serem raras. As intervenções dos jovens micróbios-robots tinham a tal ponto sido desinteressantes e banais que o público tinha ficado com uma péssima impressão da juventude.

Tinha havido uma reacção e, em parte devido a ela, e com algum apoio da Academia, tinham sido feitos programas alternativos, muito controversos e desde logo classificados de «elitistas», em que se procuravam seleccionar as «perguntas inteligentes» e fazer sínteses interessantes.

Naquela reunião ia ser testado um destes programas. Os conferencistas, carregando num botão com a indicação «pi», podiam fazer com que os robots, em vez das perguntas «médias», fizessem «perguntas inteligentes». O acompanhante do Presidente fez as



apresentações. O Presidente, algo distraído, não reteve nada do que ele disse e entreteve-se a contar as vezes em que fez uso de efeitos especiais (conhecidos de todos os oradores) para obter os aplausos dos robots. Tão entretido estava nesta contagem, que foi apanhado de surpresa e teve de entrar de repente no assunto, quando lhe deram a palavra:

«Meus senhores (os jovens gostam sempre de ser tratados por senhores). Venho fazer-vos uma comunicação da maior importância. Como sabeis, a nossa comunidade científica, além dos seus estudos originais, tem dedicado uma boa parte do seu tempo a decifrar o valorosíssimo espólio científico da extinta espécie humana que, pode-se dizer, se auto-liquidou com aquela questão da globalização que diminuiu a biodiversidade e a deixou exposta ao nosso mortífero ataque. Esta espécie (que durou menos que os dinossauros) era, no entanto, dotada de um notável hardware biológico. Por estranho que pareça, tendo conseguido sobreviver com técnicas rudimentares durante milénios, veio a desaparecer quase instantaneamente (em termos geológicos) no momento exacto em que a sua Ciência tinha um desenvolvimento explosivo.»

Num dos últimos séculos da sua existência, houve um humano, um cientista, chamado Albert Einstein, que se destacou e foi justamente homenageado pelos seus semelhantes. Os nossos matemáticos trabalham hoje intensamente para decifrar a obra de Albert Einstein (a que se seguiram outras ainda mais complexas) e não a terão ainda inteiramente compreendido, mas este grande autor teve a simpática ideia

de escrever obras de divulgação e é com base numa delas, que eu vos trago, hoje, aqui, uma informação importantíssima para nós, micróbios:

«Nós vivemos no interior de um imenso molusco, finito, mas sem limites». Sentiu-se na sala um ambiente de satisfação. Embora a questão dos limites não fosse muito clara, a ideia de viverem no interior de um molusco era manifestamente agradável para os jovens micróbios.

Aproveitando o bom ambiente, o Presidente carregou no botão «pi» e disse: «Podem agora fazer perguntas.» O primeiro a falar foi um pequeno robot com uma expressão inteligente: «Como é a pele dele?». «De quem?». «Do molusco». «Não tem». «Então como é que está separado do exterior?». «Não há exterior». «Então, o molusco está dentro de quê?». «Está dentro de ele próprio». Houve um silêncio e, depois, o pequeno robot disse: «Não entendo». Outras vezes se foram em seguida ouvindo: «Eu também não». «Eu também não».

«Vou tentar explicar», disse o Presidente. «Vocês têm os 6 pontos cardiais que aprenderam na escola: Norte, Sul, Este, Oeste, para Cima e para Baixo. Os humanos não viviam espalhados pelo espaço em blocos de gelatina como nós, mas estavam praticamente confinados à superfície do planeta Terra. Por isso só usavam 4 pontos cardiais. Nos tempos em que só sabiam navegar à vela, um humano, um espanhol chamado Fernão de Magalhães (a cultura histórica do Presidente tinha algumas falhas) saiu com uns barcos do porto de Sevilha navegou sempre para Oeste e regressou vindo do Este. Se tivesse navegado para Norte, teria regressado vindo do Sul. No nosso molusco a situação é a mesma. Se andarmos sempre numa direcção regressamos vindos do lado oposto». Um robot com ar de líder estudantil levantou-se no meio da sala e disse: «Quer o senhor dizer que o nosso espaço não é euclídeo?».

«Exactamente», disse o Presidente. «Então, se o nosso espaço não é euclídeo, porque é que nos obrigam no 17º ano de escolaridade a fazer um exame de acesso ao Ensino Superior da cadeira de Geometria Descritiva euclídea a 4 dimensões? Esta cadeira deve ser substituída por uma cadeira de Topologia.»

«Não», disseram imediatamente outros robots. «A Geometria Descritiva serve para elevar as nossas médias para entrar na Universidade.»

A polémica estudantil estalou na sala e o Presidente teve a maior dificuldade em dar a palavra a dois robots que já a tinham pedido.

O primeiro foi um robot com um ar muito

sério que perguntou:

«Já resolveram o problema do "pavé"? "Que "pavé"?». «Eu não entendo um espaço finito que não possa ser visto de fora se não me indicarem um volume bem definido, o "pavé", que repetido em N exemplares encostados uns aos outros possa preencher esse espaço». O Presidente reconheceu que os micróbios matemáticos ainda não tinham resolvido o problema, mas disse que andavam a procura da solução nos arquivos dos humanos.

O último interveiente foi um pequenino robot, que estava na última fila e começou a falar muito lentamente:

«Se eu tiver um irmão gémeo, ele ficar parado e eu partir numa dessas viagens para um lado com regresso vindo do outro, como é que o senhor me garante que não nos vamos encontrar, ele a mim e eu a ele virados do avesso?» «Virados do avesso?». «Sim, com a mão esquerda tocada pela direita.»

O Presidente sentiu-se ele próprio virado do avesso e compreendeu que já não era capaz de dar mais nenhuma explicação. A polémica estudantil reacendera-se e todos queriam falar. O indicador do nível de entropia discretamente encrustado no púlpito do orador atingira níveis altíssimos, sinal de que de um momento para o outro a reunião ficaria fora de controle. Decidiu, então, dirigir-se à sala e dizer:

«Vou pedir aqui ao meu colega mais novo para vos explicar todas estas questões.» O acompanhante não se fez rogado. Dirigiu-se ao púlpito, desligou imediatamente o botão das «perguntas inteligentes», e perguntou:

«Vocês querem que eu vos explique tudo isto de um modo muito simples?».

«Sim, sim», gritaram os robots de um modo quase unânime.

«Muito bem. Vocês sabem o que é o "big bang"?».

«Sim, já aprendemos nas cadeiras de Física. Até já fizemos exames sobre isso.»

«Óptimo, basta relacionar o que aprenderam em Física com o que ouviram agora: o "big bang" foi o instante em que nasceu o molusco em que agora vivemos.»

«Fica tudo claro?». «Sim, sim.»

«Há mais alguma dúvida?». «Não, não.»

«Talqualmente como os humanos na última fase», pensou o Presidente, mas guardou o comentário para si e, como não havia mais perguntas, encerrou a sessão.

No dia seguinte a Imprensa sublinhou a excepcional clareza da intervenção do acompanhante, que quase todos os jornais apresentaram como futuro Presidente da ACUM.

* Membro da Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Albufeira

Este sábado, dia 29, pelas 21 e 30, o Auditório Municipal será palco de um concerto de acordeão, a cargo de Gonçalo Pescada, que inclui peças de Bach, Sacriatti, Haydn, Moszkowski, Satrauss, Precz, Vlassow e Iwanow.

Até ao dia 8 de Fevereiro estará patente ao público, no Museu Municipal de Arqueologia, uma exposição de Heráldica Templária, da autoria de Miguel Botto.

Imagens em Braga

O Museu da Imagem alberga uma exposição colectiva de dez fotografos espanhóis intitulada «Sem Objectiva».

A mostra, patente ao público até ao dia 20 de Fevereiro, integra trabalhos de Elena Fernández de Prada, Isabel Garcia, Zoraída Marques, Enrique Lista, Suso Fandinho, Salvador Cidras, Antonio Garcia Pereira, Adolfo Barcia, Rut Masso e Marcos Vilarino.

CD em Coimbra

As pinturas de António Macedo encontram-se em exibição, até ao dia 27 de Fevereiro, nas Galerias do Átrio e do Jardim.

«Folha a Folha» - Canto e Guitarra de Coimbra, é o disco compacto de Jorge Cravo, Manuel Borralho, José Ferraz de Oliveira e Gouveia Ferreira, que será apresentado sábado, dia 29, às 18 horas, na Casa Municipal da Cultura.

De quarta-feira a sábado, a partir das 21 e 30, no Escola da Noite, assista à peça «Jacques e o Am», um texto de Milan Kundera, traduzido por Teresa Curveiro e encenado por Sílvia Brito.

Fotografias em Faro

A partir de amanhã e até ao dia 3 de Fevereiro, os cinemas Santo António e Golden City exibem a fita «Joana d'Arc», um drama épico de Luc Besson, com Milla Jovovich, John Malkovich e Faye Dunaway nos principais papéis.

Até ao dia 15 de Fevereiro poderá visitar, no Museu Arqueológico Municipal, a mostra «Museu Aberto do Descobrimento». Os melhores trabalhos apresentados no concurso de fotografia subordinado ao tema «Património Hidráulico na Serra do Caldeirão», vão ficar expostos até 17 de Fevereiro na sede da associação ambientalista algarvia *In Loco*.

Histórias em Guimarães

«Uma História Simples», de David Lynch, é o filme a exhibir-se, hoje, às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho.

O Cinema São Mamede estreia, amanhã, o épico «Joana d'Arc», exibindo-o até ao dia 31.

Para os mais pequeninos a Biblioteca Municipal Raúl Brandão reservou o conto

de Maria da Conceição Campos - «Era Junho e Foi Natal» - para a sessão de amanhã, às 10 e 30.

Teatro em Lisboa

São duas as produções cinematográficas que debutam amanhã nas salas lisboetas. Trata-se de «Joana d'Arc», de Luc Besson; e «Beleza Americana», de Sam Mendes, um filme galardoado com os Globos d'Ouro 1999.

A peça «O Museu do Pau Preto», de Miguel Hurst, contará, a partir de amanhã, no Teatro Maria Matos, cinco séculos de emigração africana, ilustrando os problemas de integração de quem parte para outro país, outra cor e outra cultura.

Uma exposição com esculturas sobre poemas de Fernando Pessoa, F. Helderlin e Saint-John Perse, realizadas por Simone Boiseq, encontra-se patente ao público na Casa Fernando Pessoa. A exposição estará patente até ao dia 15 de Março.

Desporto em Montemor-o-Velho

No domingo o desporto é rei: o Pavilhão Municipal acolhe, pelas 11 horas, o Campeonato Distrital de Iniciados Masculinos de Basquetebol. Por seu turno, o Centro de Recreio Popular da Formoselha foi escolhido para «arena» no desafio de futebol de 11 masculinos juvenis entre o Fornoselha e o Flechas.

Concerto no Porto

O novo Auditório da Fundação de Serralves será inaugurado este sábado, dia 29, com um concerto do pianista Miguel Borges Coelho, que interpretará obras de Ravel, Chopin, Scriabin e Stravinsky.

A VI Festa do Livro do Porto abriu já a suas portas no Mercado Ferreira Borges, proporcionando a oportunidade de adquirir mais de meio milhão de livros a preços de saldo.

Diariamente, até 12 de Fevereiro, das 15 às 24 horas, entre 30 a 40 mil títulos de livros clássicos ou modernos, de romance ou ficção científica, infantis, técnicos ou mesmo de ensaio estão disponíveis e acessíveis.

Debate em Sintra

A Federação das Associações de Pais do concelho realiza um encontro de reflexão e debate sobre «Prevenção da Violência e Segurança nas Escolas», no dia 29, a partir das 14 e 30, na Escola EB 2,3 António Sérgio, no Cacém.

A famosa Coleção Berardo estará, a partir do dia 30, no Sintra Museu de Arte Moderna. Assim, a inauguração da mostra «Novas Aquisições» decorrerá no domingo, às 16 horas, permanecendo aberta ao público até ao final de Abril.

Até ao dia 4 de Fevereiro terá oportunidade de apreciar, no Centro Lúdico de Rio de Moura, a mostra colectiva de ilustração infantil «Os Meninos e o Mar».

SUGESTÃO

GALA NOVA ERA

A Rádio Nova Era realiza, dia 29, no Pavilhão Rosa Mota, Porto, a maior festa da Península Ibérica que distingue o que de melhor se fez no panorama musical de 1999.

Lit, em estreia europeia, Pedro Abrunhosa & Os Bandemónio, The Gift, Santos & Pecadores, Sara Tavares, Repórter Estrábico, Tim, Brand New Heavies são os artistas que actuarão nesta quarta edição da «gala Nova Era», enquanto as presenças de James, Bloodhound Gang, Guano Apes, Da Weasel e Rui Veloso aguardam confirmação.

Este ano, na categoria «Melhor Balada», foram nomeadas as canções «Ex Factor», de Lauryn Hill, «Beijo», de Pedro Abrunhosa, «When U Say Nothing At All», de Ronan Keating, «Fala-me de Amor», dos Santos & Pecadores, e «Secretely», de Skunk Anansie.

«Hey Boy, Hey Girl», dos Chemical Brothers, «Canned Heat», de Jamiroquay, «Sing It Back», de Moloko, «Big Love», de Pete Heller, e «Turn Around» de Phats 'N' Small, são as nomeações para «Melhor Dance».

Quanto à «Melhor Estreia», constam os nomes de Britney Spears, Christina Aguilera, Jennifer Lopez, Ronan Keating e Sara Tavares.

Uma das bandas de Da Weasel, Guano Apes, Red Hot Chili Peppers, Skunk Anansie e The Gift vencerá a categoria «Melhor Grupo».

A Nova Era irá ainda atribuir, entre outros, os galardões para o «Melhor Single», «Prémio Carreira», «Melhor Homem» e «Melhor Mulher», estando nomeados Olavo Bilac, Rui Veloso e Tim e Lúcia Moniz, Sara Tavares e Sónia Tavares, respectivamente.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Ver ten te lunar

*Brancura brancura
vêu de água
na fronte do sonho
frescura na febre
a correr a espraia-se
a encher velhas rugas
da vertente lunar!
No azul incorpóreo
um corpo indeciso
suspenso...
E os veios de alvura
unidos num rio
com margens de sombra
aos poucos morrendo
morrendo
no espelho do mar!*

Edmundo Bettencourt

Baile
Orquestra da Felicidade

Sábado, 29 de Janeiro
Das 16 às 19 horas

Tenda - Centro de Pedagogia
e Animação - CCB

ENTRADA LIVRE

Ciclo de Grandes Orquestras

Filarmónica de Nova Iorque

Kurt Masur – Maestro

28 de Janeiro, 19 horas

Grande Auditório **Fundação Calouste Gulbenkian**

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

A bolsa portuguesa terá ganho alguma tranquilidade com as fusões e aquisições recentemente efectuadas. A estrutura bancária portuguesa não poderia manter-se como estava. A pressão gerada pela gradual integração do sistema financeiro europeu, a unificação monetária em curso na União e nomeadamente no espaço do Euro, conjugadamente com a aceleração da internacionalização das trocas e a globalização económica mundial criaram condições para um reordenamento do sistema. A perturbação lançada na reorganização do sistema bancário pela actuação de António Champalimaud na negociação com o Banco Santander Central Hispano, travada de certa forma pelo despacho do então ministro Sousa Franco, veio a chamar a atenção da opinião pública para este processo já em curso. O despacho ulteriormente publicado pelo ministro Pina Moura permitiu, na sua primeira fase de concretização, ultrapassar o diferente visível entre o Governo português e a Comissão Europeia, perspectivando uma das linhas de reordenamento do sistema bancário e financeiro em geral. Neste reordenamento do universo

empresarial bancário, a Caixa Geral de Depósitos, com cerca de 1/4 do mercado, variando segundo o tipo de negócios, terá possibilidade de ter um papel decisivo. Uma presença do Estado no sector bancário, onde dispõe de um grupo significativo, nomeadamente a CGD e o Banco Nacional Ultramarino, permite intervir neste processo. Os grupos estrangeiros, nomeadamente espanhóis, presentes no mercado bancário nacional, não chegarão a 1/5 do mercado português. Em qualquer caso, a forte internacionalização do sector tem a ver menos com o mercado e mais com o novo sistema de supervisão financeira e de integração dos sistemas bancários dos países membros da União Europeia. A criação do euro, moeda já adoptada em 11 Estados europeus, bem como o funcionamento do Banco Central Europeu e do Sistema Europeu de Bancos Centrais são realidades novas, à luz das quais se deve ponderar o fenómeno da concentração do sector bancário, à escala europeia e no quadro do mercado europeu. É claro que as fusões já anunciadas e decididas do BES com o BPI e do BCP/Atlântico com o Banco Mello correspondem à criação de dois

fortíssimos grupos bancários e financeiros e à perda de peso decisivo (que não necessariamente accionista) de mais uma das famílias da antiga finança no sector bancário em favor da chamada tecnocrática e de gestores profissionais. Mas a hipótese de fusão destes dois novos grupos do sector financeiro nacional, possivelmente ultrapassando metade do mercado bancário nacional, poderia suscitar questões em termos de concentração, se considerássemos apenas o mercado nacional e não o mercado europeu. Em qualquer caso, a repercussão destes movimentos de fusões e aquisições no interesse dos cidadãos terá que ser vista no quadro de um mercado que nuns segmentos é local ou regional e noutros é nacional, europeu ou mundial. Há que ter em conta que é uma área onde o processo de europeização política e financeira bem como de globalização económica mundial se confronta com a necessidade de adoptar sempre no terreno concreto das realidades económicas e sociais uma prática socialista democrática, que compatibilize o bem-estar dos cidadãos com a eficácia empresarial e o objectivo nacional e europeu do desenvolvimento económico e social.

«O socialismo democrático é o único modelo político que põe as pessoas à frente do mercado»
António Guterres e Goran Persson, primeiros-ministros de Portugal e da Suécia
Expresso, 22 de Janeiro

«(Pinochet) está velho, doente e cansado? Não me interessa. Está vivo e lúcido e merece, para alívio daqueles que defendem o valor da vida humana e dos seus direitos, um julgamento exemplar»
Eduardo Barroso
DNA, 22 de Janeiro

«A televisão portuguesa devia passar urgentemente este filme admirável (Missing) de Costa Gravas. E devia, a seguir ao mesmo, promover um amplo debate sobre todas as atrocidades que então se cometeram. Era a melhor maneira de o julgarmos (Pinochet)»
Idem, ibidem

«O desejo de aceder ao poder é a força que move as diferentes facções do "pépêdê" e do "pêssedê"»
Edite Estrela
Expresso, 22 de Janeiro

«Durão Barroso parece um líder acoissado. Nunca teve chama nem rasgo, mas agora aparece macilento e atordoadado, sem ideias e sem rumo»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz